

**UNIVERSIDADE DO SAGRADO CORAÇÃO**

**JOYCE BERTO DE ALMEIDA**

**A DIPLOMACIA DO VATICANO: UMA ANÁLISE  
HISTÓRICA DA ATUAÇÃO E RELEVÂNCIA DA  
IGREJA CATÓLICA NO CENÁRIO INTERNACIONAL**

BAURU  
2016

**JOYCE BERTO DE ALMEIDA**

**A DIPLOMACIA DO VATICANO: UMA ANÁLISE  
HISTÓRICA DA ATUAÇÃO E RELEVÂNCIA DA  
IGREJA CATÓLICA NO CENÁRIO INTERNACIONAL**

Trabalho de Conclusão de curso apresentado ao centro de Ciências Exatas e Sociais Aplicadas da Universidade do Sagrado Coração, como parte dos requisitos para obtenção do título de bacharel em Relações Internacionais, sob orientação da Profa. M.<sup>a</sup> Beatriz Sabia Ferreira Alves.

BAURU  
2016

Almeida, Joyce Berto de

A447d

A diplomacia do Vaticano: uma análise histórica da atuação e relevância da igreja católica no cenário internacional / Joyce Berto de Almeida. -- 2016.

76f.

Orientadora: Profa. M.<sup>a</sup> Beatriz Sabia Ferreira Alves.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Relações Internacionais) - Universidade do Sagrado Coração - Bauru - SP

1. Vaticano. 2. Diplomacia. 3. Política. 4. Cenário internacional. 5. Relevância. I. Alves, Beatriz Sabia Ferreira. II. Título.

**JOYCE BERTO DE ALMEIDA**

**A DIPLOMACIA DO VATICANO: UMA ANÁLISE HISTÓRICA DA  
ATUAÇÃO E RELEVÂNCIA DA IGREJA CATÓLICA NO CENÁRIO  
INTERNACIONAL**

Trabalho de Conclusão de curso apresentado ao centro de Ciências Exatas e Sociais Aplicadas da Universidade do Sagrado Coração, como parte dos requisitos para obtenção do título de bacharel em Relações Internacionais, sob orientação da profa. M.<sup>a</sup> Beatriz Sabia Ferreira Alves.

Banca examinadora:

---

Profa. M.<sup>a</sup> Beatriz Sabia Ferreira Alves  
Universidade do Sagrado Coração

---

Profa. M.<sup>a</sup> Roberta Cava  
Universidade do Sagrado Coração

---

Prof. M.e Fábio José de Souza  
Universidade do Sagrado Coração

Bauru, 28 de novembro de 2016.

Dedico este trabalho a minha família, em especial a minha irmã, que desperta em mim o amor mais sincero e puro que existe.

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço a minha família e meus amigos que são à base da minha formação e que não me deixam esquecer as minhas raízes, de quem eu sou e de tudo que já conquistei até aqui. A esta universidade, que me deu a oportunidade de adquirir cada vez mais conhecimento e crescimento acadêmico e profissional. A minha orientadora Beatriz, por todo apoio, carinho, dedicação e auxílio não somente na elaboração deste trabalho, mas também durante todo o curso. A todos os meus professores, por proporcionarem o saber científico, por enriquecerem meu caminho de coisas boas e também pelo desenvolvimento da minha opinião crítica e formação do meu caráter, em especial, aqueles que me acolheram com muito afeto e amizade durante a minha caminhada. Aos amigos incríveis que conheci nesta jornada e que dividiram comigo as dificuldades, somaram as alegrias e que transformaram as diferenças em amor. Ao meu namorado, Guilherme, por todo amor, compreensão e por encher a minha vida de felicidade. A todos que de alguma forma contribuíram para a conquista de mais uma etapa em minha vida. E finalmente agradeço a Deus, pela vida, pela saúde para lutar e realizar os meus sonhos e por me proporcionar uma vida maravilhosa e cheia de histórias boas para contar.

“A verdadeira riqueza não está nas coisas, mas no coração.” (PAPA FRANCISCO, 2013).

## RESUMO

Historicamente, o papel do Vaticano enquanto Igreja Católica sempre foi muito relevante no cenário internacional, visto que este é uma Instituição milenar reconhecido como Estado soberano e com forte significado político. Assim, a Santa Sé como figura política possui autonomia para se pronunciar diante dos acontecimentos mais importantes do mundo e suas mensagens ideológicas são destaque na comunidade internacional. Considerado um dos primeiros Estados a exercer as funções da diplomacia, a Cidade Estado do Vaticano possui estratégias fundamentais e se projetam cada vez mais no cenário global, por meio de suas boas relações com outros países e organizações internacionais, bem como, possui um posicionamento mediador, harmônico, de caráter humanitário e solidário diante dos problemas enfrentados no mundo contemporâneo, mantendo assim seu protagonismo nas relações internacionais. A estrutura do Estado do Vaticano consolida-se através de princípios organizacionais muito bem deliberados e são esses aspectos de organização governamental que constroem o caráter político soberano deste, onde as funções de cada setor são expostas como um mecanismo efetivo. Ademais, o Vaticano passa por transformações diplomáticas e um redirecionamento da política externa e da renovação dos princípios que regem a condução das relações com outras nações, que visa à conquista de mais espaço e visibilidade internacional.

**Palavras-chave:** Vaticano. Diplomacia. Política. Cenário. Internacional. Relevância.

## **ABSTRACT**

Historically, the role of the Vatican as a Catholic Church has always been very relevant in the international scenery, since it is a millenarian Institution recognized as a sovereign State and with strong political significance. Thus, the Holy See as a political figure has the autonomy to speak out against the most important events in the world and his ideological messages are prominent in the international community. Considered one of the first states to perform diplomacy, Vatican City has fundamental strategies and is increasingly projected on the global stage, through its good relations with other countries and international organizations, and has a mediating position , Harmonious, humanitarian and solidarity in face of the problems faced in the contemporary world, thus maintaining its leading role in international relations. The structure of the Vatican State is consolidated through well-intentioned organizational principles and it is these aspects of governmental organization that build the sovereign political character of the state, where the functions of each sector are exposed as an effective mechanism. In addition, the Vatican undergoes diplomatic transformation and a redirection of foreign policy and the renewal of the principles governing the conduct of relations with other nations, which aims to gain more space and international visibility.

**Key Words:** Vatican. Diplomacy. Policy. International Scenery. Relevance.

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO.....</b>	<b>9</b>
<b>2 CONTEXTO HISTÓRICO DA DIPLOMACIA DO VATICANO.....</b>	<b>12</b>
2.1 A FORMAÇÃO DA CIDADE ESTADO DO VATICANO.....	13
2.2 O SIGNIFICADO POLÍTICO.....	19
2.3 ORIGENS HISTÓRICAS E ATORES DA DIPLOMACIA.....	25
<b>3 A SANTA SÉ COMO ATOR INTERNACIONAL.....</b>	<b>30</b>
3.1 RELAÇÕES ECONÔMICAS .....	311
3.2 RELAÇÕES CULTURAIS .....	366
3.3 RELAÇÕES POLÍTICAS .....	400
3.4 EXISTE CONSERVADORISMO?.....	46
<b>4 A ATUALIDADE E REPRESENTATIVIDADE DA SANTA SÉ.....</b>	<b>500</b>
4.1 QUAL O ESPAÇO POLÍTICO NO SISTEMA INTERNACIONAL ATUAL?.....	532
4.2 A BUSCA POR UMA APROXIMAÇÃO EFETIVA ENTRE RELIGIÃO E POLÍTICA .....	555
4.3 O PROJETO DE ATUALIZAÇÃO DIPLOMÁTICA DO VATICANO .....	600
<b>5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>677</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>700</b>



## 1 INTRODUÇÃO

Nas primeiras visitas a Roma e, também, aos lugares sagrados da igreja católica, encontram-se as catacumbas que reservam espaços artísticos e administrativos do estado do Vaticano. As catacumbas representavam a igreja que conquistou poder. Aos poucos, o mundo aprendeu a apreciar a beleza da estrutura administrativa do Vaticano, que representa grande parte do poder moral sobre a humanidade.

Para compreender melhor os momentos mais importantes das transformações que o Vaticano sofreu durante os séculos, é necessário que se faça uma reflexão referente o aumento de representações diplomáticas junto ao estado do Vaticano, uma estrutura milenar bem organizada, que conseguiu manter viva a boa tensão entre carisma e prática cotidiana e que simboliza a capacidade de organização administrativa dos católicos no mundo e de que forma isso reflete no cenário internacional.

A Igreja Católica Romana é uma das instituições mais antigas do Mundo, tendo tido forte papel político desde que o Cristianismo tornou-se a religião mais dominante no Mundo Moderno. Durante a Idade Média exercia duplo papel, o de senhor feudal com grande domínio econômico e o de Chefe da Igreja exercendo poder para além-mares. (PORTILHO, 2011).

De acordo com este contexto, o intuito do presente trabalho é de contribuir teoricamente para as pesquisas a respeito da estrutura e internacionalismo do Vaticano, com o intuito de esclarecer melhor sua atuação e representatividade no cenário internacional, analisando as mudanças ocorridas ao longo dos anos e no que isso influencia nas relações internacionais dos países. Ademais, esclarecer a história da atuação do internacionalismo do Vaticano, referindo-se a diferentes momentos da trajetória deste e seus posicionamentos e desta forma, compreender os fatos mais relevantes e auxiliar no complemento da pesquisa de outros estudiosos ou até mesmo criar uma fonte de informações, ajudando futuros estudiosos em trabalhos como este.

A proposta desse estudo é buscar dentro das diretrizes internacionais, o relacionamento das ações diplomáticas do Vaticano e sua relevância para a comunidade internacional, baseando-se nas contribuições teóricas de diversos autores importantes que estudam o tema. Desta forma, desenvolver estudos sobre o internacionalismo da Igreja Católica, analisar as mudanças ocorridas ao longo dos anos, bem como, expor sobre a participação política complexa da Santa Sé nos principais acontecimentos mundiais e a

importância intelectual que esta exerce nas perspectivas teóricas e acadêmicas das relações Internacionais.

A utilidade deste projeto parte da consideração de toda a história envolvida no processo de estabelecimento da Igreja Católica como ator condicionante da formulação de princípios e civilidade da ascensão do Vaticano como poder determinante na prática de relações diplomáticas com outros países e da maneira que esta problemática age em torno da dinâmica global, com o surgimento de novos atores e de fatores relevantes, como as organizações internacionais, as metas de desenvolvimento humano, os novos conflitos de interesses, intensificação e busca pela identidade dos povos, bem como, de que forma se estabelece a interação da comunidade internacional com o Vaticano.

Desta forma, faz-se necessário o entendimento do surgimento da Cidade Estado do Vaticano como sede da Igreja Católica e de que forma isso possibilitou que a Igreja Católica conquistasse seu espaço religioso e político na sociedade europeia e logo depois, no mundo todo.

Os pronunciamentos da Igreja referem-se a áreas como, o controle populacional, direitos humanos, justiça e paz. Dessa forma as palavras do Papa impactam, em graus variados, o mundo da política como um todo, além de cidadãos ao redor do globo compartilharem dos seus valores e posições do Estado como representante espiritual. (PORTILHO, 2011).

Perante as reflexões que foram realizadas acima, compreende-se que a revisão bibliográfica sobre o assunto deste trabalho será realizada através de pesquisas explicativas, baseando-se na análise de um estudo exploratório e analítico, que compreenderá o ponto de vista e contribuições de autores e aspectos acadêmicos relevantes para expor os elementos de pesquisa, fazendo com que tais estudos sejam cada vez mais explorados e debatidos.

De acordo com tais conceitos, algumas obras revelam o caminho que a Igreja Católica percorreu até conquistar de fato sua soberania, com o surgimento do Estado do Vaticano. Este, é reconhecido no direito internacional como um ator como outro qualquer, possui um sistema integro para eleger o Papa, da mesma forma que mantém sua representatividade na comunidade internacional. Um desses autores, Salmo Caetano de Souza, nos mostra que:

1. O Estado do Vaticano, ainda que minúsculo, possui todos os caracteres formais de um Estado soberano e sobre o qual o Papa exerce plena soberania.
2. Não pode haver mais dúvida quanto à personalidade jurídica da Santa Sé ou do seu chefe, o Papa.

3. Foi só a necessidade de se dar base material á soberania espiritual do Papa, de se lhe conceder uma garantia de direito público internacional capaz de lhe assegurar a criação da soberania territorial da Santa Sé, ainda que sobre uma área muito restrita.
4. A Santa Sé e o Estado da Cidade do Vaticano são dois distintos sujeitos internacionais. Embora possuam também uma íntima relação de união pessoal, há várias teorias sobre isso na doutrina, como se verá a seguir, dado ser o Sumo Pontífice e o Poder Supremo daqueles dois sujeitos internacionais.
5. A personalidade jurídica internacional compete exclusivamente á Santa Sé, seja no plano interno - o próprio ordenamento canônico - seja no plano internacional - os Tratados, as Concordatas.
6. Como discerniu o ex-presidente das Nações Unidas, Dag Hammarskjöld, em Genebra, no verão de 1957: Quando eu solicito uma audiência no Vaticano, não vou visitar o rei da Cidade do Vaticano, mas o Chefe da Igreja Católica. (SOUZA, 2008).

Nesse sentido, outros estudiosos confirmam o ponto de vista do autor supracitado, como no estudo sobre a Santa Sé na Esfera Internacional de Ana Cláudia Portilho, em que a mesma reforça as perspectivas de que o contexto que o Tratado de Latrão, juntamente com a força que a Igreja Católica havia adquirido, bem como de sua influência, proporcionou que o Vaticano se tornasse, não somente uma referência e detentora do maior poder durante o período conhecido como Idade Média e uma enorme expansão ao longo dos séculos, mas como também um:

[...] membro de pleno direito da comunidade internacional e assim sendo participa ativamente desta. Esta participação se dá por diversas maneiras: como observador permanente; observador em base informa; membro; hóspede de honra e delegado especial. Assim sendo tem a Santa Sé o poder de firmar tratados internacionais, os chamados concordatas, de enviar representantes diplomáticos, "Núncios Apostólicos", tanto frente a Estados como a organizações intergovernamentais, além de poder estar presente nos procedimentos de soluções pacíficas de litígios, e de fazer parte dos procedimentos dentro dos tribunais internacionais, tanto ativamente como passivamente. (PORTILHO, 2011).

Portanto, o presente estudo se inicia por meio do levantamento de dados de várias fontes de pesquisa documental e bibliográfica, que irão expor algumas perspectivas e concepções que façam uso da compreensão cronológica dos fatos, com uma análise histórica sobre a formação e estrutura da Cidade Estado do Vaticano, sua representatividade e relevância política diplomática no cenário internacional, relações com outros Estados e organismos internacionais, bem como, visa contribuir na explicação do processo de atualização e renovação dos princípios e posicionamentos do Vaticano no mundo contemporâneo tanto enquanto religião como protagonista político.

## 2 CONTEXTO HISTÓRICO DA DIPLOMACIA DO VATICANO

No presente capítulo será traçada uma linha histórica mostrando a formação da Cidade Estado do Vaticano, bem como a transição dos antigos Estados Pontífices para a construção da hegemonia da Igreja Católica como estrutura organizacional reconhecida internacionalmente, e a idealização do significado político da Santa Sé. Ademais, serão expostas as principais origens históricas e os atores da diplomacia pontifícia, fazendo uma análise que traga a reflexão da evolução do Vaticano não somente consolidado como poder religioso, mas também na conquista do espaço político e de extrema influência internacional que o mesmo ocupou durante vários séculos e ainda ocupa atualmente.

O Vaticano ou Cidade do Vaticano, oficialmente Estado da Cidade do Vaticano é a sede da Igreja Católica e uma Cidade-Estado soberana, cujo território consiste dentro da cidade de Roma, capital da Itália. Com uma população de pouco mais de 800 habitantes, é a menor entidade territorial do mundo administrada por um Estado. A Cidade do Vaticano existe desde 1929, através do Tratado de Latrão, que possibilitou que a Igreja Católica conquistasse seu espaço religioso e político na sociedade europeia, após longos anos de perseguição do Império Romano sobre os cristãos católicos da época.

[...] Em outras palavras, o Tratado de Latrão, no seu próêmio, reconhece o Estado do Vaticano como aquele determinado território sobre a qual a Santa Sé goza de independência política absoluta interna e, sobretudo no campo internacional, necessária para a realização de sua missão de evangelização pelo mundo. (SOUZA, 2008, p. 167).

Diante disso, é evidente que o tema torna-se relevante para o cenário atual das Relações Internacionais, pois esclarece que o funcionamento da cidade estado do Vaticano é constituído pelo conjunto de organismos e setores que possuem suas funções delimitadas coerentemente, bem como, isso reflete na imagem da Santa Sé, que incentiva o Sumo Pontífice a estar sempre discursando e pronunciando seus interesses na defesa dos assuntos econômicos, políticos, ambientais, de desenvolvimento social, buscando garantir os direitos humanos, fortalecer a solidariedade e igualdade entre os povos, até como em questões de terrorismo e os novos desafios do novo século.

Determinante da ordem política no cenário global o Vaticano exerce ainda um poder religioso muito grande e nitidamente respeitado por toda a comunidade internacional, e é assim que o mesmo garante-se como agente internacional, fundamentadores das políticas internacionais e/ou até mesmo ideológicas, assegurando assim sua hegemonia no mundo todo.

## 2.1 A FORMAÇÃO DA CIDADE ESTADO DO VATICANO

A Idade Média trouxe o desenvolvimento da cultura cristã, as peculiaridades de todo um contexto político descentralizado e foi o período histórico, no qual, a Igreja Católica se tornou uma das maiores instituições religiosas e políticas do mundo. No intuito de manifestar seu poder político, a Igreja Católica foi disseminando seus pilares ideológicos e impondo suas doutrinas e leis. Diante disso, historicamente, a Igreja Católica marcou este período não somente pela dominação política, mas também com um posicionamento, entendido por alguns como intolerante e que muitas vezes, coagia os populares da época que demonstravam pensamentos contrários aos ensinamentos da religião, da utilização de técnicas de tortura e condenação à fogueira.

Já no século XVI, desencadeou-se um processo de tentativas de reformas na estrutura política e na doutrina da Igreja Católica com a iniciativa de alguns monges pertencentes ao clero (Martinho Lutero e João Calvino). Esse movimento de reforma caracterizou-se por contestar os ritos, as doutrinas e a ordem cristã e também pela dimensão que o movimento atingiu, mesmo sem essa pretensão, já que os idealizadores da reforma não haviam planejado uma grande repercussão acerca do tema, apenas solicitavam mudanças, por compreenderem que o mundo estava passando por diversas transformações políticas, religiosas e em outros aspectos, que os conceitos não eram mais os mesmos e que a Igreja deveria se adaptar aos novos direcionamentos. Com isso, a Igreja Católica passou a exercer um papel fundamental não somente na Europa, mas como também na catequização dos indígenas do continente americano no período das Grandes Navegações Marítimas Europeias, pois passaram a acreditar que a disseminação dos ideais deveria ultrapassar os limites dos continentes, se expandindo pro resto do mundo.

No início do império de Carlos Magno, no século IX, os Papas reinaram por quase mil anos sobre a maioria dos Estados temporais da Campânia, no centro da Península Itálica, incluindo Roma e boa parte do sul da França até a Emília-Romana, no norte, com portos nos litorais Tirreno e Adriático. Além de inúmeras terras de propriedade da Igreja Católica espalhadas pelo mundo todo. Desta forma, surgiram os Estados Pontifícios, que eram formados por um conglomerado de territórios, que permaneceram como um estado independente entre os anos 752 a 1870, sob a direta autoridade civil dos papas e cuja capital era Roma. Porém, durante o processo de unificação da península, a Itália acabou absorvendo gradativamente os Estados Pontifícios. Foi então que em 1870, as tropas do rei Vítor Emanuel II entraram em Roma e incorporaram a cidade ao novo Estado e no ano

seguinte, foi oferecida como compensação ao Papa Pio IX uma indenização e o compromisso de mantê-lo como chefe do Estado do Vaticano, que na época, era apenas um bairro de Roma onde ficava a sede da Igreja. Logo, o papado, que ciente de sua influência sobre os católicos italianos e desejando conservar o poder da Igreja, recusa sobre o “acordo” e ainda proibiu os católicos italianos de votar em eleições do novo reino.

A questão de disputas entre o Estado e a Igreja, mais conhecida como “Questão Romana” só terminou após quase 60 anos, quando o ditador fascista Benito Mussolini e o Papa Pio XI, assinam o Tratado de Latrão, pelo qual a Itália reconhece a soberania da Igreja Católica, também chamada de Santa Sé, sobre o Vaticano, que foi declarado Estado soberano, neutro e inviolável. Juntamente com este tratado, há os termos da concordata (que foram ratificados em 1947 pela República Italiana) que também concediam indenização financeira de 1,75 bilhão de liras ao papado pelas perdas territoriais da época da unificação e tornara o catolicismo a religião oficial da Itália, em contrapartida, a Igreja Católica teve que abrir mão das terras conquistadas na Idade Média e também teve que reconhecer Roma como a capital da Itália. No entanto, em 1978, o acordo foi reformulado fazendo com que o catolicismo deixasse de ser a religião oficial da Itália e devido à perda de influência da Igreja, o Papa João XXIII (1958- 1963) buscou discutir com outras igrejas alguns temas relacionados com o entendimento de Cristo com a realidade humana para que pudessem reformular juntos, algumas leis da Igreja e isso fez com que o Vaticano ganhasse força e apoio da comunidade.

No dia 11 de fevereiro de 1929 foram assinados por Benito Mussolini, Primeiro-Ministro Italiano, e pelo Cardeal Pietro Gasparri no Palácio de Latrão dois documentos internacionais que ficaram conhecidos pelo Acordo de Latrão, que dava fim à Questão Romana. Tal Acordo compreendia três documentos: o Tratado, a Concordata e a Convenção Financeira. O termo concordata é estritamente reservado a este Tratado. O Tratado reconhecia a soberania e independência da Santa Sé no território que a compreende, denominado Cidade do Vaticano; e também lhe reconhecia a faculdade de ter representantes dos Estados mesmo em caso de guerra com o Estado Italiano. (PORTILHO, 2011)

Referente ao Tratado de Latrão e ao início da formação da Cidade Estado do Vaticano, bem como, da estruturação político-diplomática da Santa Sé, o autor complementa:

[...] Em outras palavras, o Tratado de Latrão, no seu proêmio, reconhece o Estado do Vaticano como aquele determinado território sobre o qual a Santa Sé goza de independência política absoluta interna e, sobretudo no campo internacional, necessária para a realização de sua missão de evangelização pelo mundo. (SOUZA, 2008).

O Vaticano ou Cidade do Vaticano, oficialmente Estado da Cidade do Vaticano (Italiano: Stato della Città del Vaticano), sede da Igreja Católica Apostólica Romana, é uma cidade-estado soberana sem costa marítima cujo território consiste de um enclave murado dentro da cidade de Roma, capital da Itália. Com aproximadamente 44 hectares (0,44 km<sup>2</sup>) e com uma população de pouco mais de 800 habitantes, é considerado o menor país independente do mundo, tanto por população quanto por área. Sua língua oficial é o latim (único país do mundo com este idioma) e o italiano, no entanto, as línguas francesa, alemã, espanhola também são muito faladas e reconhecidas na Cidade Estado do Vaticano. Além disso, seus cidadãos têm uma taxa de alfabetização de 100%. Sua forma de governo é eclesiástica ou sacerdotal-monárquica, ou seja, é uma monarquia eletiva absoluta, onde o chefe do Estado é o Sumo Pontífice, bispo de Roma, o Papa, que além de ser a autoridade máxima da Igreja, também é o chefe absoluto dos poderes executivo, legislativo e judiciário do Vaticano, sendo um ator fortemente centralizador. Ademais, estabelece e controla as doutrinas de toda a Igreja Católica do mundo, assim como suas disciplinas, suas formas de relacionamento com o mundo e com outras religiões, e gerencia e administra o papel social da Igreja, as mudanças, as crises, etc.

Para entender o contexto político em que o Vaticano se encontra, uma Cidade-Estado é uma cidade politicamente independente, com governo próprio e autônomo, sendo assim, o Vaticano exerce um poder político independente e se relaciona com outros países normalmente, como qualquer outro país no mundo. Para compreender esta dinâmica, é importante pensar que política e religião são duas coisas que estão muito associadas neste caso, visto que, no caso do catolicismo, a Igreja Católica sempre exerceu fortes influências sobre os governos de vários países desde o início de sua existência, se auto afirmando como o próprio centro do Universo - a palavra "católico" vem da palavra grega "katholikos", que significa "universal" - tendo o papa como autoridade suprema mundial.

O Estado da Cidade do Vaticano é universalmente reconhecido como entidade soberana de direito público internacional, diferente da Santa Sé, que é o órgão soberano da Igreja católica. No Vaticano, o papa e a Sé Apostólica desenvolvem a sua missão de governo da Igreja universal com a independência necessária para o seu exercício. No entanto, ambas estão interligadas uma vez que, de acordo com dados do próprio Vaticano, existem atualmente no mundo cerca de 1.115.000.000 (um bilhão e 115 milhões) de católicos. Isto representa algo em torno de 17 % da população mundial. Estes dados também nos dão uma ideia do grande número de representações que a Igreja Católica tem espalhadas no mundo, evidenciando o

poder político que ela ainda exerce, e por que cada discurso proferido por um papa, cada declaração dada por ele, sua morte, sua posse ou sua renúncia atraí tanto as atenções do mundo, independente da escolha religiosa de cada um.

A Santa Sé, portanto, é um ator singular do cenário internacional. Seus objetivos são objetivos espirituais, mas ao mesmo tempo, ela se serve de uma organização estatal que funciona como todos os outros estados, mesmo tendo suas peculiaridades. (CARLETTI, 2010, p. 36)

Embora o Vaticano tenha conquistado a atenção da comunidade internacional, a organização de sua estrutura ainda é mal compreendida para muitos. Por isso, a fim de explicar melhor como o Vaticano funciona enquanto país e ainda, conhecer e entender melhor o papel de cada função dentro desta instituição como um todo, reúne-se aqui algumas informações relevantes sobre os aspectos da formação da Cidade Estado do Vaticano.

O órgão administrativo da Santa Sé é a Cúria Romana, que constitui a corte real do Vaticano e de toda a Igreja Católica. "Real" porque o sistema político do Vaticano é uma monarquia eletiva, por não poder ser hereditária, já que o papa é celibatário (não tem filhos). Ele é eleito por um conclave ou "Colégio dos Cardeais" e seu cargo é vitalício (governa até o dia de sua morte ou quando houver algo que impeça a continuidade de seu governo ou quando renunciar). Os integrantes da Cúria Romana, ou seja, da corte papal, são os assistentes do monarca (isto é, do papa) quanto às atribuições que cabem a ele como governante. Quando um papa morre ou renuncia, essa autoridade é concedida transitoriamente para um colégio de cardeais – responsável pela eleição do próximo pontífice. Além disso,

[...] A Corte de Roma está ligada a direção central da "Ação Católica", organização internacional que possui secções em diversos países e engloba padres e leigos. Sob o pretexto oficial de finalidades culturais e filantrópicas, a "Ação Católica" propõe-se, principalmente, a fortalecer a influência política do catolicismo. (ARAÚJO, 2008, p. 2)

A maior parte dos funcionários públicos são todos os clérigos católicos de diferentes origens raciais, étnicas e nacionais. Há também diferentes setores organizacionais, como a Fábrica de São Pedro, que nada mais é do que o órgão correspondente a uma prefeitura, que cuida da manutenção dos prédios e da limpeza pública, entre outras coisas. Além disso, há um vicariato encarregado da administração religiosa própria da Cidade do Vaticano, diferente do vicariato da cidade de Roma, que se ocupa das questões eclesiais relacionadas com a capital italiana. O vicariato vaticano toma conta da pastoral dentro do pequeno país e tem

jurisdição sobre o Palácio Pontifício Lateranense e sobre o palácio e as villas pontifícias de Castel Gandolfo.

A nacionalidade vaticana não pode ser transmitida nem hereditariamente, nem pelo fato do nascimento no território do Vaticano. As duas entidades ainda têm passaportes distintos: a Santa Sé, como não é um país, apenas trata de questões de passaportes diplomáticos e de serviço; o estado da Cidade do Vaticano cuida dos passaportes normais. Em ambos os casos, os passaportes emitidos são muito poucos.

Os pronunciamentos da Cidade do Vaticano são publicados em italiano; documentos oficiais da Santa Sé são emitidos principalmente em latim. A nação tem ainda emissoras de TV e rádio próprias, além de um jornal impresso. Mesmo não sendo integrante da ONU, Organização das Nações Unidas, tem ali observador permanente, com acesso a documentos e debates em todos os programas.

O Vaticano ainda conta com o secretário de Estado, que dirige os serviços diplomáticos do papado, cargo que atualmente é ocupado pelo Cardeal Pietro Parolin, dispõe de numeroso corpo de funcionários e, entre outras riquezas, de arquivos que ultrapassam os dos ministérios do Exterior das grandes potências. Junto ao Secretariado do Estado existe também uma academia especial que prepara os jovens padres para o papel de diplomatas do papado.

A segurança do Estado é confiada ao Corpo de Vigilância, atualmente formado por quase uma centena de membros da Guarda Suíça Pontifícia, que reside na Cidade do Vaticano. O Corpo de Vigilância vigiam diversas partes do Vaticano, zelando pela ordem pública durante as audiências, além de participarem do controle da Basílica e de todo território vaticano. Ademais, cuidam da honra das entradas da cidade, dos aposentos papais, da guarda particular da pessoa do romano pontífice e do palácio apostólico e também vigiam os acessos externos do Vaticano, enquanto a segurança armada fica por conta da polícia italiana, visto que o Vaticano não possui exército.

Oficialmente, a economia do Vaticano está baseada em doativos e nos juros dos investimentos de seu patrimônio. A emissão dos valores postais não está sujeita a limitações especiais, exceto as das convenções internacionais a que o Estado vaticano aderiu, além das derivadas de acordos com o Estado italiano. Embora não faça parte da União Europeia, passou a adotar o euro como moeda.

Assim como em outros países, é muito comum que os veículos possuam uma identificação e a sigla internacional que identifica o Vaticano é a letra “V”. Há também alguns

carros com a matrícula diplomática “CD”, destinadas aos cardeais que moram em Roma e são autorizados a usá-las em seus carros. Além disso, os veículos registrados no Vaticano têm dois tipos de placas, com as matrículas SCV e CV. A primeira é usada nos carros destinados principalmente ao uso em tarefas internas, ou seja, são os automóveis oficiais usados pelo papa, enquanto os veículos autorizados para uso privado têm a matrícula CV, que são destinados aos cidadãos vaticanos, chefes de dicastérios, etc.

Mas essas não são as únicas engrenagens da administração do Vaticano, visto que há muitas outras características organizacionais do que se imaginam.

Para sustentar a influência do catolicismo, nos diferentes países, contava-se, com mais de meio-milhão de padres e de monges, distribuídos nas 1.300 dioceses, aproximadamente, que compreende o mundo católico, e que são as divisões administrativas essenciais da Igreja. À frente das dioceses estão colocados os bispos e os arcebispos, nomeados pelo papa, com o consentimento, via de regra, do governo do país interessado. Outros altos dignitários da Igreja representam oficialmente o papa junto aos governos dos 33 países, têm a hierarquia de embaixadores ou de ministros, usando, então, o título de núncio ou de legado e são o mais das vezes, considerados como os decanos de corpo diplomático; em 25 outros países não são reconhecidos como diplomatas e usam o título de delegados apostólicos, mas, quer num, quer noutro caso, exercem vigilância sobre as atividades das igrejas católicas locais. Mais acima, no cume da hierarquia católica, acha-se o colégio dos cardeais: (70 bispos ou arcebispos, no máximo, podem ser elevados ao cardinalato), que elege o papa em conclave e lhe serve de Conselho de Estado. Quanto ao papa, propriamente, esse, desde o momento de sua eleição, dispõe de um poder supremo ilimitado sobre a Igreja católica. (ARAÚJO, 2008, p. 2)

Analisando todos esses aspectos, pode-se observar que o Vaticano é a organização internacional talvez mais bem organizada. Isso se dá não apenas pelos seus serviços completos e alinhados à estrutura política, mas também por que possui um alto nível de influência no sistema internacional, se mantendo como uma instituição milenar de centro de poder. Além disso, o Papa representa uma figura verdadeira e harmônica, visto que comparado a outros líderes políticos, o mesmo possui características amigáveis e carismáticas, fazendo com que a comunidade internacional possua uma visão confiável do mesmo e da própria instituição em si. Diante disso, cria-se um ambiente diplomático confortável para que os representantes do Vaticano possam de fato, estabelecer relações saudáveis e consolidadas com outros países, garantindo sua forte influência sobre as perspectivas do novo século, não somente enquanto religião, mas também como líder político.

Portanto, a formação da Cidade Estado do Vaticano se dá de forma diplomática, onde o Tratado de Latrão é executado como uma forma de garantir um território e a soberania do

mesmo, reconhecido como um país independente e capaz de assim, iniciar suas próprias leis, exercer suas relações políticas, econômicas, culturais e principalmente, de se firmar ativamente diante das mais diversas organizações internacionais, podendo defender os seus interesses e se posicionar de forma autônoma sobre os temas e discussões referentes aos assuntos da agenda internacional. Além disso, pode-se concluir que durante a formação do Vaticano, já se exercia o diálogo entre os líderes políticos das regiões pertinentes ao contexto da área de atuação da Igreja Católica naquela época para que, com o intuito de alinhar os objetivos de se estabelecer uma aproximação entre eles, assegurando o espaço e representatividade de cada um perante a sociedade. Desta forma, foi possível que a Santa Sé estabelecesse seu poder como país soberano, transformando-se em uma grande instituição política e diplomaticamente reconhecida e respeitada por todos os outros países do mundo.

## 2.2 O SIGNIFICADO POLÍTICO

Para compreender melhor a representatividade política que o Vaticano exerce no cenário internacional é necessário que se observe que a Santa Sé é considerada como a primeira a exercer a diplomacia, a mais antiga, mas, ao mesmo tempo, seu funcionamento e objetivos permanecem desconhecidos aos olhos da maioria das pessoas. Sendo assim, o objetivo é justamente desmistificar tal concepção por meio da compreensão do funcionamento e dos objetivos principais da diplomacia pontifícia. Ainda nesta linha de raciocínio, analisando os elementos dos pilares sobre os quais se assentam o ponto em análise, é considerável predizer que a sociedade internacional se manifesta pela política externa de Estados, que demonstram buscarem a representação de seus interesses em prol de objetivos comuns.

[...] Portanto, a finalidade do Estado da Cidade do Vaticano é de constituir-se em base territorial ou material para abrigar a Santa Sé, que é, essencialmente, uma soberania espiritual, cujo titular é o Papa; a fim de que ele possa gozar de independência política absoluta interna e, sobretudo, no campo internacional, necessária para a realização de sua missão de evangelização no mundo. Portanto, a existência do Estado da Cidade do Vaticano tem como única finalidade assegurar a soberania da Santa Sé em relação aos demais Estados (é um instrumento de soberania da Santa Sé), sem, contudo, se identificar com aqueles. E Pessoa Jurídica de Direito Internacional Público, pois é plenamente um Estado, isto é, possui todas os caracteres formais de um Estado soberano sobre o qual o papa exerce plena soberania. A existência, contudo, do Estado da Cidade do Vaticano é mediante àquela da Santa Sé, ou seja, com "fins especiais" ou, em outras palavras, do ponto de vista político-territorial, a missão espiritual da Igreja Católica. De modo que é sempre a Santa Sé, com a sua mencionada Personalidade Jurídica Internacional, a quem compete representar,

exclusivamente, tanto a Igreja Católica quanto o Estado da Cidade do Vaticano, no plano nacional e internacional. [...] (SOUZA, 2005, p. 310)

Alinhando tais ponderações ao aspecto político, buscando atender as necessidades de compreensão do poder político que o Vaticano possui de modo geral e ao tempo que se esclarece os diversos conceitos relacionados a este assunto, é essencial que compreenda-se que o Pontífice, como chefe do Estado do Vaticano, não está subordinado, interna ou internacionalmente, a outro país ou Poder republicano, em razão da Lei das Garantias, que foi instituída em Maio de 1871 pelo rei Victor Emanuel II, logo depois da ocupação de Roma e da abolição do poder temporal da Igreja. Esta lei concedia ao pontífice Pio IX os direitos de soberania, uma renda anual fixa e a extraterritorialidade dos palácios papais de Roma, tendo ainda declarado o papa como uma pessoa sagrada e inviolável. Isso fez com que a personalidade do Vaticano adquirisse um significado político muito forte, visto que foi essa base de sustentou os pilares que se ergueram representados nos Direito Internacional, fortalecendo ainda mais a organização vaticana. Tal afirmação pode ser resumida, nas palavras do autor Azevedo, que define em seu texto que: “[...] A religião torna-se, cada vez mais, um espaço separado da política e centrado em sua própria esfera de atuação”. (AZEVEDO, 2004, p. 2)

Para assegurar essa independência, manter a estrutura organizacional e a divisão de poderes dentro do Estado do Vaticano de acordo com a Constituição, a Lei Fundamental foi modificada e com isso surgiram várias inovações, como uma melhor distinção entre o Poder Legislativo, Executivo e Judiciário do Vaticano, bem como uma correlação mais próxima entre a administração do Vaticano e a Secretaria de Estado. Isso garantiu para o governo autonomia para lidar com os diversos assuntos internos e independência quanto à definição e da política externa determinada e da relevância que ela possui no cenário internacional.

Independentemente da religião ou da filosofia adotada pelo leitor, é importante considerar que a intenção do presente trabalho é direcionar informações como instrumento de pesquisa referente à diplomacia do Vaticano e não questionar a o posicionamento religioso do mesmo. Além disso, vale lembrar que todo contexto histórico serve como base para que se reflita sobre as origens, estrutura, formação e destacar a magnitude que a diplomacia do Vaticano possui na dinâmica internacional. Com isso, pode-se observar que, analisando a história e o contexto político referente ao tema, é inquestionável reconhecer que a Igreja Católica dissemina dogmas que são seguidos por milhões de pessoas e o Estado do Vaticano, mesmo que pequeno, possui a habilidade de influenciar significativamente nos rumos de vários temas de interesse mundial. Ainda nessa linha de pensamento, vale lembrar que a

figura do Papa é a de principal representante das duas entidades (Igreja Católica e Vaticano), pois o mesmo desempenha papel significativo internamente e externamente, tanto que muitos de seus pronunciamentos quando transmitidos, por mais simplórios que aparentem ser, são disseminados pelo mundo todo com uma facilidade incomum.

[...] a complexidade da Igreja como instituição dotada de poder tradicional e, ao mesmo tempo, carismático, no sentido weberiano desses tipos ideais. Embora se constitua em fator de poder, a Igreja, diferentemente do passado, não busca exercê-lo de forma direta. E, mesmo que o buscase, possivelmente não conseguiria, diante da consolidação do processo democrático e do pluralismo religioso, no conjunto da sociedade. Age, porém, de modo a influir na política e nas políticas, com base em sua mensagem religiosa e sociopolítica. Em segundo lugar, esse papel é resultante de todo um processo ideológico e histórico de construção de uma identidade específica [...]. (AZEVEDO, 2004, p. 9)

Superadas estas ponderações, é ideal enfatizar que os temas do direito político internacional estão diretamente relacionados aos Estados soberanos. Sendo assim, pode-se explicar que um Estado soberano, de acordo com os preceitos do Direito Internacional, se consolida a partir de três elementos fundamentais: um território bem definido; uma população que esteja neste território; e uma jurisdição e controle sobre o território e a população. Esses critérios são considerados como essenciais para avaliar se um Estado existe ou não, segundo os princípios ideológico-doutrinários do direito internacional. No entanto, há muitos outros elementos internacionais que permitem a introdução da Santa Sé como sujeito político de direito internacional.

A fim de obter uma perspectiva alinhada com os propósitos desta pesquisa, é de extrema importância citar alguns fatos significativos para a compreensão acerca deste tema, por isso, vale estabelecer as semelhanças e as diferenças em relação aos demais Estados, é importante considerar que o Vaticano possui alguns traços atípicos, sendo que um deles já foi citado anteriormente, que nada mais é que a sua condição de instrumento da Igreja Católica. Ou seja, a Igreja Católica, por meio da Santa Sé, sua autoridade suprema, é a única organização religiosa que já estabeleceu relações diplomáticas, visto que sua atuação internacional tornou-se evidente no período entre guerras, reforçando sua posição internacional e disseminando cada vez mais sua política no cenário internacional. Ademais, cabe também referir que alguns dos seus elementos constitutivos não condizem com o modelo padrão dos outros Estados. A começar com suas finalidades, que não materializam os objetivos tradicionais, haja vista que seus fins são essencialmente religiosos; não é à toa que ele é tido como de caráter instrumental, a serviço da Santa Sé. E mais, entende-se que não

possui povo, não possui nacionais, ou seja, é sem dimensão pessoal. Desta forma, podemos caracterizar o Estado do Vaticano por tratar-se, na verdade, de um instrumento onde ainda existem oscilações doutrinárias e não há um determinado elemento constitutivo ou então, entende-se que é um sistema que pode ser remodelado.

A Santa Sé, por sua vez, é quem personifica a Igreja Católica, por isso que é tida como a representação máxima da Igreja Católica Apostólica Romana, responsável por todas as decisões sobre a religião cristã católica e de assuntos classificados como de natureza religiosa. É individualmente considerada como sujeito do Direito Internacional, pois atua internacionalmente, desde ações como: tratados internacionais, execução do direito de legação, enviados seus representantes para outros países, até como de receber os representantes legais de outros Estados.

[...] Santa Sé e Estado da Cidade do Vaticano possuem papeis diferentes seja em nível político que religioso. É a Santa Sé e não o Estado da Cidade do Vaticano que atua em nível internacional e que se relaciona diplomaticamente com os outros estados. O Vaticano representa de certa forma, o pano de fundo da atividade da Santa Sé, dotada de uma soberania reconhecida internacionalmente antes mesmo da constituição do Estado da Cidade do Vaticano em 1929. A Santa Sé era reconhecida como sujeito internacional desde a época da formação dos primeiros estados absolutistas exercendo sua supremacia até a consolidação de uma comunidade internacional. [...] (CARLETTI, 2010, p. 31-55).

Diante disso, pode-se concluir que, embora sejam aspectos muito distintos, é de se reconhecer que um está em função do outro, bem como ambos são politicamente dependentes um do outro.

A Santa Sé é pessoa moral, religiosa ou espiritual, porque foi fundada diretamente por Deus, através de Cristo Jesus. Assim, ela emana de um Direito inerente a sua própria natureza, ou seja, que não procede dos meios institucionais legais característicos do regime democrático; vale dizer, a Santa Sé é criação do Direito Divino. Por isso, a Santa Sé é, também, pré-jurídica, pois surge antes mesmo da própria intervenção do direito positivo, a partir do qual nasce a pessoa jurídica. É humanitária, porque trabalha pelo bem da humanidade, cooperando para resgatá-la da imensidade de sofrimentos e dissensões em que se encontra, defendendo que a organização da vida dos homens se faça segundo padrões qualitativos progressivos de justiça e de amor. (SOUZA, 2005, p. 298)

Partindo desse pressuposto, pode-se destacar também como um órgão administrativo característico político, a Cúria Romana, formada pelas autoridades que coordenam e organizam o funcionamento da Igreja Católica, alinhando com os propósitos políticos e diplomáticos, por isso, é considerada como o governo da Igreja. As principais funções da

Cúria Romana foram direcionadas ao apoio da ação do Sumo Pontífice, à diplomacia com outros Estados e à gestão política, logo após a assinatura do Tratado de Latrão, pois foi a partir daí que a extensão do território do Estado da Cidade do Vaticano foi definida, de acordo com o conteúdo do documento. Para atestar tal mecanismo, o mesmo se confirma no Art. 1º da Constituição Apostólica que ao citar a respeito da Cúria Romana, determina:

Art. 1 – A Cúria Romana é o conjunto de Dicastérios e dos Organismos que coadjuvam o Romano Pontífice no exercício do seu supremo múnus pastoral, para o bem e o serviço da Igreja Universal e das Igrejas particulares, exercício com o qual se reforçam a unidade da fé e a comunhão do Povo de Deus e se promove missão própria da Igreja no mundo. (CONSTITUIÇÕES APOSTÓLICAS - PASTOR BONUS, 1988).

Outro importante órgão integrante da Santa Sé é a Secretaria de Estado, que contribui com as funções do Papa, realizando todas as atribuições políticas e diplomáticas da Santa Sé e do Estado da Cidade do Vaticano. Neste sentido, pode-se citar o Art. 39 da Constituição Apostólica, que afirma: “Art. 39 – A Secretaria de Estado Coadjuva de perto o Sumo Pontífice no exercício da sua suprema função”. (CONSTITUIÇÕES APOSTÓLICAS - PASTOR BONUS, 1988).

A atual estrutura da Secretaria de Estado da Santa Sé foi instaurada por meio desta Constituição, onde sofreu reformas e melhorias, como a divisão do departamento em duas secções: a Secção dos Assuntos Gerais e a Secção das Relações com os Estados, como pontua o Art. 40:

[...] Ela compreende duas Secções, isto é, a Secção dos assuntos gerais sob a guia direta do Substituto, com o auxílio do Assessor, e a Secção das relações com os Estados, sob a direção do próprio Secretário, coadjuvado pelo Subsecretário. Esta segunda Secção é assistida por um determinado número de Cardeais e por alguns Bispos. (CONSTITUIÇÕES APOSTÓLICAS - PASTOR BONUS, 1988).

São esses instrumentos de organização que sustentam a formação do Vaticano e de toda representatividade da Santa Sé em si como um ator político nas relações internacionais. Desta forma, pode-se compreender que a continuidade da atuação da Igreja na cena política, fez com que nos dias de hoje, a política do Vaticano no plano mundial, tivesse muitas razões para afirmar que a Igreja envolvida na reconstrução de suas instituições na Europa Central e do Leste, desempenha um papel decisivo na reconfiguração da identidade das sociedades e na promoção da paz mundial.

Ainda discursando sobre a identidade das sociedades e paz mundial, principalmente nos dias de hoje, podemos refletir a partir do texto Diálogo entre as Culturas para uma civilização do amor e paz, onde se reúnem discursos proferidos pelos mais importantes representantes do Vaticano, como o Papa João Paulo II, em seu discurso às Nações Unidas, proferido no dia 15 de Outubro de 1995, que diz:

[...] A humanidade começa este novo trecho da sua História com feridas ainda abertas, é vítima de conflitos ásperos e sangrentos em muitas regiões, sente o peso duma solidariedade mais difícil nas relações entre homens de diversas culturas e civilizações à medida que estas se cruzam e têm de conviver no mesmo território. Todos sabem como é difícil harmonizar as razões dos contendentes, quando os ânimos estão acesos e exasperados por causa de ódios antigos e de graves problemas que tardam a encontrar solução. Mas, não menos perigosa seria para o fruto da paz, a incapacidade de enfrentar sabiamente os problemas postos pela nova configuração que a humanidade está a assumir, em muitos países, devido à aceleração dos processos migratórios e da convivência inédita que daí resulta entre pessoas de cultura e civilização diversa. (MOREIRA, 2001, p. 5-6).

Diante deste cenário internacional, é possível identificar a formação política exercida pelo Vaticano e a forma com que este se transformou ao passar dos anos, como uma das mais antigas instituições formadoras de opiniões e criadora de conceitos, atravessou séculos se reinventando, adquirindo maior influência política e assim, enfrentando os novos desafios e crises que a humanidade enfrenta.

De acordo com os aspectos expostos no presente trabalho, pode-se compreender melhor a construção do significado político desta instituição milenar, a começar pela diferenciação da Cidade Estada do Vaticano, representado como país soberano e da Santa Sé como figura política que simboliza a organização da estrutura do Vaticano e é ela que da vida aos organismos administrativos, financeiros, diplomáticos, entre muitos outros que direcionam, controlam e gerenciam os serviços que são realizados dentro do Vaticano. Conforme Anna Carletti elucida em sua obra “O Estado da Cidade do Vaticano, a Santa Sé e a Diplomacia Pontifícia”:

[...] Seu protagonismo baseia-se no fato de que é ela e não o Estado da Cidade do Vaticano que atua em nível internacional e que se relaciona diplomaticamente com os outros estados. Muitas vezes, falando ou escrevendo sobre a Santa Sé, substitui-se seu nome com o do Vaticano como se os dois fossem a mesma coisa e como se os dois operassem no mesmo nível no âmbito internacional. Contudo, os dois têm papéis diferentes seja em nível político ou religioso. O Vaticano representa, de certa forma, o pano de fundo da atividade da Santa Sé, dotada essa de uma soberania reconhecida internacionalmente antes mesmo da constituição do Estado da Cidade do Vaticano em 1929. A Santa Sé era reconhecida como sujeito

internacional desde a época da formação dos primeiros estados absolutistas até a consolidação de uma comunidade internacional, após a Paz de Westfália, em 1648. Nessa época, mesmo com seu poder temporal enfraquecido, o papado não deixou de influenciar os rumos da política internacional. Portanto, é a Santa Sé, e não o Vaticano, que mantém relações diplomáticas com os vários Estados. Nesse sentido, o Estado da Cidade do Vaticano encontra-se em uma posição, de certa forma, subordinada àquela da Santa Sé. (CARLETTI, 2012, p. 37)

A importância do papel político que a Santa Sé exerce é fundamental para o desenvolvimento da participação do Vaticano nas organizações internacionais, na influência que o mesmo exerce no sistema internacional, no contato direto e indireto com as diferentes nações ao redor do mundo e principalmente num constante diálogo com a sociedade, através das mídias, como forma de comunicação e influência sócio-política das ações humanitárias e políticas realizadas pela diplomacia pontifícia.

### 2.3 ORIGENS HISTÓRICAS E ATORES DA DIPLOMACIA

De acordo com os conhecimentos já estabelecidos sobre a estrutura, administração, formação e relevância política do Vaticano, pode-se perceber um vasto campo de informações que complementam o entendimento da atuação e importância do mesmo. No entanto, é preciso ir ainda mais além à análise do que caracteriza tal pesquisa, ou seja, é de extrema importância que estes estudos apontados revelem uma linha do tempo, onde se possa identificar os períodos históricos mais importantes para a construção da identidade política do Vaticano e toda sua representatividade no cenário internacional. Para isso, o intuito deste capítulo é fazer com que os fatos e acontecimentos históricos mais importantes desde o surgimento dos Estados Pontifícios até ao surgimento do Estado da Cidade do Vaticano sejam evidenciados em uma breve abordagem expositiva, traçando uma linha clara de pensamento desde o apogeu ao declínio da Igreja Católica em si e as características que fundamentam os atores diplomáticos do Vaticano.

Embora muito em evidência nos últimos anos, a circulação internacional não é fenômeno novo nem em países centrais nem em periféricos. De longa data, estadas mais ou menos longas no exterior aparecem como trunfo clássico entre as estratégias de legitimação e consagração social de frações sociais abastadas. (SEIDL, 2009, p. 47)

A respeito da história dos Estados Pontifícios, chamados também de “Estados Papais”, “Estados da Igreja” ou, ainda, “Patrimônio de São Pedro”, estuda-se que os mesmos se constituíam em um aglomerado de territórios, localizados, basicamente, no centro da península itálica, mantendo-se como um Estado independente, sob a autoridade temporal dos

Papais, pois naquela época, a população romana possuía maior confiança ao prestígio dos papas do que nas guardas imperiais.

Verifica-se então, que a Igreja era organizada em uma estrutura tida como complexa e, que em razão de tais fatos, necessitava de um grande número de pessoas para administrar todo o acervo patrimonial do qual era detentora. Além disso, ainda asseverar que "o enfraquecimento do poder dos representantes imperiais em Roma fortaleceu o poder dos bispos de Roma que acabaram tomando conta da administração, da defesa e da direção da política geral de Roma e do seu Ducado", como menciona Pierre Renouvin (1953, p. 31 apud CARLETTI, 2010, p. 02).

Expostas as bases que alicerçaram a formação e o apogeu dos Estados Pontifícios durante a Idade Média estendendo-se até a Idade Moderna, cabe frisar que a administração e representatividade do Vaticano funcionam de acordo com seções, as principais delas são: seção de Assuntos Gerais, que trata de questões relacionadas ao serviço cotidiano do Sumo Pontífice, como redações de documentos oficiais, os órgãos de comunicação oficial da Santa Sé, entre outros e a seção de das relações com os Estados, que possui como função, cuidar das questões tratadas com os Governos Civis, compreendendo as relações diplomáticas da Santa Sé com os Estados, inclusive na representação da Sé Apostólica junto aos Organismos e às Conferências Internacionais.

Ainda nesta linha de pensamento, pode-se confirmar na redação do art. 45 da Constituição Apostólica Pastor Bonus, no qual descreve: "Art. 45 – A Secção de Relações com os Estados tem a tarefa especial de lidar com os chefes de governo". Reforçando toda a argumentação levantada até o momento, pode-se expor o texto dos dispositivos que ilustram a respeito do assunto:

Art. 46 - A Secção de Relações com os Estados tem dentro de sua competência:

1. Fomentar as relações, especialmente aqueles de natureza diplomática, com os Estados e outros sujeitos de direito internacional público, e para tratar de assuntos de interesse comum, promovendo o bem da Igreja e da sociedade civil, através de concordatas e outros acordos de deste tipo, se for caso disso, respeitando as opiniões dos grupos considerados de bispos que possam ser afetados;
2. Em consulta com os Dicastérios competentes da Cúria Romana, para representar a Santa Sé junto das organizações internacionais e reuniões sobre questões de natureza pública;
3. No âmbito de sua competência, para lidar com o que diz respeito à delegação papal.

Art. 47 - §1º. Em circunstâncias especiais e por mandato do Sumo Pontífice, e em consulta com os Dicastérios competentes da Cúria Romana, esta Secção vê à disposição das Igrejas particulares e à constituição e alterações a estas igrejas e seus agrupamentos.

§2º. Em outros casos, especialmente quando uma concordata está em vigor, e sem prejuízo do disposto no art. 78, esta secção tem competência para tratar com os governos civis. (CONSTITUIÇÕES APOSTÓLICAS - PASTOR BONUS, 1988).

Em termos organizacionais, é válido destacar que a Segunda Seção da Secretaria de Estado, chamada também de seção das relações com os Estados, é dirigida por um Arcebispo que recebe a denominação de “Secretário para as Relações com os Estados” e é o responsável por estabelecer o diálogo com a comunidade internacional e com os representantes oficiais dos outros países, bem como, na elaboração do posicionamento estratégico do Papa como ator principal da Diplomacia do Vaticano sobre os mais diversos assuntos e acontecimentos mundiais.

“[...] El Jefe del Estado de la Santa Sede es el Papa. En el gobierno de la Santa Sede la Secretaría de Estado es el primer organismo de La Curia y ayuda al Papa en sumisión en las relaciones con todos los Dicasterios (órganos de La Curia) y con los Estados. En la Santa Sede, el equivalente a Presidente de Gobierno o Primer Ministro es El Cardenal Secretario de Estado (En la actualidad. Em. R. El Cardenal Pietro Parolin). En ausencia de Su Santidad y del Secretario de Estado, queda a cargo de La Secretaría de Estado El Sustituto para los Asuntos Generales (em la actualidad S.E.R. Monseñor Giovanni Angelo Becciu). El Estado de La Ciudad del Vaticano, tal como está actualmente constituido, nació el 11 de febrero de 1929 con los Pactos Lateranenses, por los que Italia reconoció a la Santa Sede la plena propiedad y la soberanía exclusiva sobre el Vaticano. Es una pequenísima realidad territorial, cuya función es posibilitar que el Papa desempeñe libremente su Ministerio de gobierno de La Iglesia Universal. El Estado de La Ciudad del Vaticano y la Santa Sede, son sujetos soberanos de derecho público internacional, universalmente reconocidos. Están unidos indisolublemente en la persona del Sumo Pontífice, que es El Jefe del Estado, que goza de La plenitud de los poderes legislativo, judicial y ejecutivo. Cuando la Sede pontificia está vacante, estos poderes recaen en El Colegio de los Cardenales. El poder legislativo lo ejerce el Sumo Pontífice, bien directamente, bien a través de La Pontificia. Las leyes y reglamentos se publican en el Acta Apostolica e Sedis, que es El Boletín Oficial de la Santa Sede [...]” (ESTADO DE LA CIUDAD DEL VATICANO, 2016).

Em outras palavras, outro artigo publicado explica que:

“La segunda sección está presidida por el Secretario de Estado, quien, subordinado al Papa, lleva la alta dirección de la d. p.; combina – analógicamente hablando – las funciones de un Ministro de Asuntos Exteriores con las de un Primer Ministro. Ejerce también La representación oficial del Estado de La Ciudad del Vaticano con relación al intercambio y negociaciones con los diversos Estados. Es asistido por El Sustituto de La Secretaría de Estado y por el Subsecretario de relaciones con los Estados.” (CARDINALE, 1991).

No intuito de esclarecer melhor sobre a história da Diplomacia do Vaticano e seus atores, faz-se necessário visualizar que em meio a um cenário globalizado, em que a liberdade de valores e a tolerância de diferenças tornam-se uns dos maiores argumentos das relações interestatais. A Santa Sé mostra-se, a princípio, como uma entidade controversa e alheia à nova dinâmica internacional. Muito devido a seu reconhecido conservadorismo para tratar de assuntos sócio-políticos, o engajamento da Santa Sé nas mais diversas áreas do Direito e das Relações Internacionais foi paulatinamente visto com mais desconfiança. Entretanto, o que se vê atualmente é a manutenção e, em determinados casos, uma verdadeira ascensão de sua influência geopolítica, seja na celebração de concordatas com vários países constitucionalmente laicizados ou na surpreendente mudança e evolução dos atos políticos e ideológicos desenvolvidos pelos principais atores da Santa Sé dentro do cenário internacional.

“[...] La representación internacional de la Santa Sede La ejerce Su Santidad el Papa, bien directamente, bien a través de La Secretaría de Estado. El reconocimiento de la Santa Sede por otros Estados ha ido en aumento a lo largo de los años hasta ser en La actualidad casi universal. La Santa Sede tiene relaciones diplomáticas con 179 países. La Santa Sede forma parte de diferentes Organizaciones y Organismos intergubernamentales y Programas Internacionales, entre los que cabe destacar: ONU (observadora), ACNUR (miembro del Comité ejecutivo), FAO (observadora), UNESCO (observadora), PNUD (observadora), OSCE (miembro), entre otros [...]” (ESTADO DE LA CIUDAD DEL VATICANO, 2016).

Com isso, pode-se concluir que o Vaticano trata-se de um dos menores países do mundo e berço de uma das maiores religiões existentes. Sendo assim, historicamente falando, fica evidente que a influência exercida nas relações internacionais ultrapassou e ainda ultrapassa suas dimensões. Influência esta que, antigamente e principalmente nos tempos da Idade Média, justificava-se em razão da autoridade que era exercida pela Igreja Católica.

Ao longo de sua história, a diplomacia vaticana alternará períodos de grande prestígio internacional a períodos em que sua atuação será quase que ignorada pelo concerto das nações. A evolução histórica da natureza política da Santa Sé é indiscutivelmente uma das mais dinâmicas. Na época moderna, o papado transformou-se em estado, no mesmo nível que os outros principados da época, mas com a ambição de liderar o novo sistema europeu que estava constituindo-se. Como líder dos novos Estados Pontifícios, o papa enviava suas representações diplomáticas junto às cortes europeias mais importantes. É o período em que o pontífice era chamado de Papa-rei e os cardeais eram considerados os Príncipes da Igreja. [...] (CARLETTI, 2012, p. 17-18)

No entanto, atualmente, o fundamento que antes legitimava este poder e influência, não pode mais ser tido como o de outrora, pois como dito anteriormente, os valores cultuados no cenário interestatal não são mais compatíveis com a doutrina cristã e, por isso, não são mais aptos a fundamentar a sua posição de destaque do Vaticano no plano mundial.

“[...] A causa de su carácter universal y soberano, La Iglesia católica es la única institución religiosa que puede entablar relaciones diplomáticas oficiales con otros países miembros soberanos de La comunidad internacional. Fines y relevancia de la diplomacia pontificia. Su fin próximo comprende todas aquellas cuestiones que afectan al interés inmediato de La Iglesia en sus relaciones con los diversos Estados. Está especialmente relacionada con la salvaguarda y libre ejercicio de las leyes divinas y eclesiásticas, en amistosa cooperación con el poder civil, a fin de asegurar a La Iglesia la libertad de acción en el cumplimiento de su mandato universal en favor de la humanidad. Indirectamente también tiene como fin promover el entendimiento, la paz, La colaboración y El bienestar internacionales basados en la justicia y la caridad a todos los niveles, de acuerdo con sumisión espiritual. La fructífera actividad de La Iglesia deriva en primer lugar de una fuente divina. Por tanto, la d. p. no es esencial para el logro de sumisión. Se puede concebir que podría dejar de ejercerse sin detrimento para los principios teológicos o canónicos, si se juzgase que los intereses de La Iglesia podrían ser mejor servidos en el orden internacional por otro medio. Sin embargo, La experiencia ha venido a justificar su ejercicio en el pasado y a garantizar su relevancia para el presente y el futuro [...]”. (CARDINALE, 1991, p. 2).

Diante deste fato, pode-se dizer que a Igreja Católica, representada politicamente pelo Vaticano, é uma instituição de posições fixas e dogmáticas e isso não impede que a mesma consiga se relacionar diplomaticamente com outros Estados, bem como diante da comunidade internacional, pois como se deve observar, as mais diversas nações estabelecem acordos políticos e econômicos sim, e buscam apoio e legitimidade justamente em suas posições e na conquista por ter o seu espaço reconhecido, como “em 1929, com o Tratado de Latrão, a Santa Sé conquistou sua autonomia, com o reconhecimento definitivo de sua personalidade jurídica internacional, e com a criação do Estado da Cidade do Vaticano”. (CARLETTI, 2012, p.18). Ademais, o Vaticano é considerado uma instituição de grande relevância para as relações entre os Estados e para o Direito Internacional. Embora que sob uma análise superficial das relações interestatais, pode-se depreender que a Cidade-Estado não só participa da dinâmica de relações exteriores, como também produz ou produziu normas e princípios defendidos como pilares estruturais para o estabelecimento de uma boa convivência entre os Estados.

### **3 A SANTA SÉ COMO ATOR INTERNACIONAL**

Historicamente, a doutrina política da Igreja Católica pertinente à comunidade internacional foi fortemente evidenciada em três grandes períodos, sendo eles representados pelo Papa João Paulo II, o Papa Bento XVI e o Papa Francisco. No entanto, a atuação do Vaticano na dinâmica internacional existe há muitos séculos e tem se mostrado cada vez mais significativa, principalmente como sujeito de direito internacional. Esta representa não apenas sua relevância nos assuntos mundiais e seu poder político, como também buscar defender seus interesses e/ou seus objetivos. Neste contexto de influências, os representantes do Vaticano exerceram muitas vezes, também, um papel muito importante na solução de conflitos internacionais e no intermédio como árbitros e mediadores, marcando a história das soluções pacíficas de conflitos políticos entre outros Estados.

Partindo desse pressuposto, observa-se que uma das principais características da representatividade do Vaticano como ator internacional é a sua capacidade de abordar as situações com certa imparcialidade e com isso, surge o destaque ao tom de solidariedade que, para eles, deveria reger a convivência entre os homens e conseqüentemente, também as relações entre as nações, objetivando-se o bem de todos os povos. Para isso, de acordo com os princípios e conceitos entendidos pela Santa Sé, a única garantia para que essa colaboração realmente existisse seria a criação de uma norma moral universal, manifestada pelo Criador mediante a ordem natural.

Ainda nesta linha de raciocínio, a soberania dos países, que pressupõe exclusividade dentro do território nacional e nas matérias de competência interna, em independência de qualquer ordenamento jurídico alheio, deveria ter sua atuação voltada às relações entre os Estados soberanos guiadas por estes ideais à busca do bem comum para a coletividade. Além disso, no intuito de defender a solidariedade internacional, esse aspecto deveria ser submetido a um ordenamento jurídico que englobe as relações normais entre os Estados e também as situações de conflitos. Assim, haveria uma limitação recíproca que propiciaria a harmonia e uma futura organização política mundial, proporcionando assim uma cooperação conjunta para o bem de toda a humanidade.

Para elucidar este posicionamento, considera-se que o Vaticano acredita que a regulação jurídica dessas relações normais entre os Estados se aplicariam mediante os tratados, havendo um respeito mútuo de todos perante os acordos, demonstrando uma segurança efetiva. E para os conflitos internacionais, argumenta-se também um tratamento

jurídico, ao invés de optarem por uma decisão bélica. Sustenta-se ainda que, de acordo com a história humana, chegou-se ao momento de livrar o homem dos conflitos armados, devido ao poder de devastação que este exerce sobre a humanidade. Logo, conforme a visão do Vaticano, a paz seria um preceito divino e em caso de conflito deveria haver uma substituição da força material das armas pela "força moral do direito" e restringir-se a guerra apenas ao âmbito de defesa própria.

Portanto, o fato do Vaticano possuir uma imagem carismática, solidária e muitas vezes, imparcial perante aos assuntos da agenda internacional, possibilita que o mesmo tenha uma facilidade nas relações internacionais com os outros Estados e ainda proporciona que a sua política externa seja cada vez mais reconhecida e influencie em aspectos políticos no cenário internacional.

### 3.1 RELAÇÕES ECONÔMICAS

Antes de esclarecer as relações econômicas do Vaticano, é importante estabelecer de que forma este se estabiliza economicamente, ou seja, quais são os recursos que o Vaticano possui para definir sua economia e como se dá essa administração financeira. Sendo assim, pode-se compreender que, basicamente, a economia do Vaticano é baseada no investimento imobiliário, nos ativos existentes, nas entradas, nas remessas de dioceses do mundo inteiro, nas entradas procedentes do Instituto para as Obras de Religião e nas doações dos fiéis e no óbolo de São Pedro. Desde 1998, o Vaticano tem autorização da União Europeia para emitir 670 mil euros por ano. A captação de donativos das Igrejas pertencentes à religião Católica, Apostólica e Romana no mundo todo. Essas doações, vindas de canal de donativos conhecido como "Óbolo de São Pedro", no qual o doador remete os fundos diretamente ao Vaticano, que geram fundos para pagar as despesas da Instituição. Além disso, outra forma de captação de recursos é com o turismo no país, com um enorme complexo de "Museus Vaticanos", pois não há outro lugar no mundo com tanto valor artístico e intelectual concentrado como no Arquivo Secreto do Vaticano, na Biblioteca Apostólica Vaticana e nos acervos de arte (pintura, escultura e arte sacra) das igrejas romanas.

Para isso, vale lembrar que a Igreja Católica é imensamente rica e possui patrimônios ao longo de uma grande parte do globo. No entanto, sendo um Estado, representativamente independente e soberano, o Vaticano mais arrecada do que reinveste, por isso possui até hoje, uma das economias mais estáveis do mundo. Isso porque foi por meio de um acordo com a Itália, representando a União Européia, a unidade monetária do Vaticano acabou sendo

definida como o Euro, mas como o Estado tem a sua própria concepção de moedas e notas de euros, tendo sua própria casa de emissão e tendo a aceitação na Itália e em outros países da Zona Euro, o Vaticano possui total controle sobre a administração de seu patrimônio e de todas as suas relações financeiras.

Recentemente, o Vaticano participou de uma série de convenções com a Itália, a fim de organizar e regular as questões relativas ao serviço postal, alfândega, circulação de veículos, comunicações, delimitação e assuntos territoriais, polícia, além de notificações em matéria civil, comercial e financeira. Devido a isso, algumas reformas financeiras entraram em vigor no regulamento da Autoridade de Informação Financeira, que se ocupa da vigilância dos organismos financeiros da Santa Sé. A aplicação das novas normas constitui na definição de critérios e de padrões de “competência, honorabilidade, gestão do risco, avaliação do capital” (e as eventuais sanções relativas) que deverão ser seguidas pelo Instituto para as Obras de Religião, mais conhecido como Banco do Vaticano, que é uma instituição financeira ligada a Santa Sé e localizada na Cidade do Vaticano, a Administração do Patrimônio da Sé Apostólica, órgão de gestão de fundos incorporado à Secretaria de Economia do Vaticano, entre outros demais organismos nos quais se realiza alguma atividade financeira no Vaticano. Em uma entrevista divulgada no site Catholic News Service, o Cardeal Prefeito, George Pell contou mais sobre as novas reformas e os organismos financeiros do Vaticano:

[...] Eu diria que estamos tentando colocar em prática o melhor conjunto disponível de práticas de gestão. Existem normas internacionais de contabilidade e gestão de dinheiro. Não que não houvesse nada aqui; obviamente, havia. A Santa Sé tem estruturas financeiras muito significativas, mas nós estamos introduzindo aqui todos os sistemas e procedimentos especiais adequados que são aceitáveis em todo o mundo. Nós estaremos agilizando e melhorando os procedimentos orçamentais, esperamos estar devolvendo, dentro dos parâmetros financeiros, muita autoridade para as diferentes congregações e conselhos. Nada disso é algo extremamente complexo, mas estamos muito cientes de que, quando as pessoas doam para a Igreja, elas esperam que o dinheiro seja usado com sabedoria, para bons propósitos. Muitas vezes, as organizações crescem, e os tipos de sistemas que foram adequados no passado podem não ser mais adequados para o futuro. (ROCCA, 2014).

No intuito de clarificar tais mecanismos de administração financeira, a Secretaria de Economia do Vaticano é o órgão de maior autoridade sobre todas as atividades econômicas e financeiras no interior da Santa Sé e do Estado da Cidade do Vaticano. Este recurso é responsável, entre outras coisas, pela preparação de um orçamento anual, bem como um

planejamento financeiro e várias funções de apoio, como na questão de recursos humanos e compras.

Atualmente, o órgão é coordenado pelo Cardeal Prefeito, denominado Cardeal George Pell, arcebispo de Sidinei, Austrália, com o auxílio de um Secretário-Geral, de um Revisor Geral e ainda conta com um conselho de 15 membros sendo oito cardeais ou bispos, que reflete a universalidade da Igreja e sete especialistas nacionalidades diferentes e com competência em assuntos financeiros e profissionalismo reconhecido que se reúnem para determinar e avaliar diretrizes e práticas concretas, preparando e analisando relatórios sobre as atividades econômicas em geral. Em mais um trecho da entrevista, o Cardeal Prefeito, George Pell contou mais sobre o funcionamento do Conselho e as perspectivas do Vaticano sobre o caminho de transformações que se segue:

[...] Eu presto contas diretamente ao papa, mas o conselho é o órgão de formulação de políticas. Eu não posso ter iniciativas que eles não tenham proposto ou que não tenham validado. É um pouco como um conselho universitário, onde o chefe-executivo da universidade tem que convencer o conselho, e eles têm a capacidade e podem dar uma orientação explícita para o executivo. E, mais uma vez, esse é outro exemplo da separação de poderes, a difusão de autoridade, assim seria impossível para qualquer pessoa, inclusive eu, de ter algum tipo de controle ditatorial [...] Estamos internacionalizando, pois uma Igreja viva está sempre aprendendo. Exemplos espetaculares disso estão na mídia. Outro exemplo disso está nas finanças, eu acho. Um dos grandes desafios para o futuro será a bioética. A Igreja tem que trazer as suas perspectivas e ensinamentos morais sobre esses avanços científicos. A Igreja é uma instituição viva e tem, com certeza, uma boa dose de sabedoria antiga a oferecer, mas uma boa Igreja está sempre aprendendo. (ROCCA, 2014).

Seguindo esta linha de pensamento, pode-se confirmar a participação, mesmo que como observador, do ator político da diplomacia do Vaticano nas organizações internacionais, inclusive nos organismos comerciais, como a Organização Mundial do Comércio, onde em uma das discussões, ocorrida em Hong Kong, em uma reunião de ministros, a Santa Sé se pronunciou dizendo que a liberalização do comércio deveria atingir objetivos ulteriores, como o desenvolvimento e a redução da pobreza. Diante disso, é possível identificar claramente o posicionamento da diplomacia pontifícia referente aos aspectos comerciais e econômicos que, muitas vezes só visam os lucros de determinados países com maior influência, enquanto os acordos comerciais e econômicos deveriam favorecer o desenvolvimento humano e a melhoria das condições de vida dos pobres, proporcionando oportunidades iguais para todos. Isso demonstra que, mesmo nos envolvimento em atividades econômicas, a Santa Sé mantém um posicionamento relacionado às questões sociais e humanitárias.

The Sixth WTO Ministerial Conference was held in Hong Kong, China, 13–18 December 2005. In general, ministerial conferences are the WTO's highest decision-making body, meeting at least once every two years and providing political direction for the organization. (WORLD TRADE ORGANIZATION, 2005).

Ainda na mesma ocasião, também foram debatidas questões específicas de desenvolvimento e de mercado agrícola e não-agrícola, o Vaticano lembrou que deve-se olhar as diferenças econômicas e priorizar os setores de alimentação, saúde, educação, trabalho e meio ambiente, de acordo com as diversas situações econômicas e sociais dos Estados.

Em outro discurso na conferência ministerial da Organização Mundial do Comércio, que ocorreu em Bali, a Santa Sé expôs a visão do papa Francisco sobre o comércio global, por meio do pronunciamento do apostólico Silvano M. Tomasi, que atacou o caminho que as grandes potências tentam dar aos acordos comerciais.

Que o papa Francisco já havia condenado o modelo capitalista não é mais novidade. Mas, agora, o Vaticano decidiu também sair ao ataque dos acordos comerciais regionais que ameaçam o sistema multilateral e que estão sendo propostos pelas grandes potências comerciais. (CHADE, 2013)

O Vaticano não hesitou em sair ao ataque contra os caminhos que as negociações estavam seguindo e declarou: “Enquanto uma minoria vê um crescimento exponencial de sua riqueza, a diferença que os separa dos demais é cada vez maior”. (CHADE, 2013). Além disso, o mesmo explicou o motivo pelo qual as formas que os países mais ricos conduzem as negociações comerciais e acabam controlando o sistema econômico em torno de seus interesses, afirmando: “Esse desequilíbrio é resultado de uma ideologia que defende a autonomia absoluta do mercado. Consequentemente há uma rejeição aos direitos dos estados de exercer qualquer forma de controle. Uma nova tirania, portanto nasceu invisível e virtual, que impõe suas próprias regras”. (CHADE, 2013).

Ainda em uma das Conferências da Organização Mundial do Comércio, que aconteceu na cidade de Seattle, nos Estados, o Vaticano pediu à conferência da Organização Mundial do Comércio, uma consideração especial para que os países pobres possam participar do comércio internacional e ressaltou em seu discurso sua preocupação quanto a situação de pobreza e marginalização dos países menos desenvolvidos e a falta de oportunidade e auxílio que os mesmos possuem comparados as nações desenvolvidas.

On the eve of the third WTO Ministerial Conference, the Pontifical Council for Justice and Peace wishes to express its appreciation for the work of the WTO to liberalise international trade within the framework of a rules-based

system. As an observer, the Holy See has followed with great interest the ongoing debate on the scope and objectives of the upcoming Millennium Round negotiations. The Pontifical Council for Justice and Peace takes this opportunity to submit some concerns and suggestions on the issues at stake.(MARTIN, 1999).

No documento elaborado pelo Pontifício Conselho Justiça e Paz, divulgado pela agência de notícias do Vaticano, “Vatican” e intitulado como “Comércio, desenvolvimento e luta contra a pobreza”, a Santa Sé demonstra que acredita ser necessário que os países ricos apliquem medidas especiais, bem como, o dever em investir no aumento da informação, das telecomunicações, dos conhecimentos tecnológicos, do desenvolvimento do comércio por via eletrônica, para que os países em desenvolvimento possam construir suas próprias economias. Para mais, o Vaticano também solicita que fossem cumpridos com rigor os acordos da Rodada Uruguai (1986-1993) que, segundo o documento, foi uma iniciativa de fazer progredir nações em desenvolvimento.

The initial implementation of the Uruguay Round agreements has shown that significant progress has been made by developing countries in adopting policies of market liberalisation. But poverty and marginalisation have not been defeated, and most developing countries as well as economies in transition still need time and assistance to fully join the global trading system. It is especially striking that the Least Developed Countries' (LDC) share of international trade is only half of one per cent, having declined since 1990. Further efforts are needed therefore to ensure that all partners have the opportunity to benefit from open markets and the free flow of goods, services and capital.(MARTIN, 1999).

Assim sendo, os posicionamentos e declarações da Santa Sé nos órgãos comerciais internacionais, mesmo que como observador, representam o pensamento de auxílio aos países menos favorecidos, protegendo e incentivando maior igualdade nos acordos comerciais entre os países, pois compreende o quanto o sistema econômico é injusto e voltado para fortalecer as grandes nações, principalmente pela influência da figura política que os países exercem sobre a perspectiva das relações internacionais.

No entanto, outro panorama também deve ser observado, que é o fato de que existem algumas denúncias e inúmeras especulações e rumores, que geraram forte polêmica de que o Banco e outros mecanismos econômicos do Vaticano estejam envolvidos em casos de corrupção e esquemas de desvio de dinheiro de doações vindas ao Óbolo de São Pedro, para financiar o estilo de vida de alguns cardeais do Vaticano, contradizendo assim, o posicionamento que a Instituição mantém diante da sociedade na defesa dos países mais pobres, enquanto escândalos como este ocorrem nos organismos financeiros do Vaticano.

Rápidamente comenzó a utilizar La estrategia de Sindona y lãs despojó de SUS fondos, transfiriendo importantes cantidades a empresas fantasma ubicadas en diferentes paraísos fiscales. Finalmente todo fue descubierto. Cuando las autoridades económicas estadounidenses preguntaron A la Santa Sede sobre El asunto, la cúria declaró que ninguna de las dos fundaciones implicadas tenía relación con El Vaticano. Frankel volvió a consultar a su astrólogo y éste le dijo que las cosas se estaban poniendo realmente feas, ante lo cual reunió todo el dinero que pudo y huyó a Europa em compañía de sus novias. En octubre de 1999, las autoridades estimaron que Frankel había robado unos doscientos millones de dólares de las compañías estafadas. En diciembre de ese mismo año fue detenido en Alemania, donde se declaró culpable de contrabando de joyas por valor de varios millones de dólares a fin de evitar, o al menos retrasar, su extradición a Estados Unidos. Tras un intento de fuga, fue devuelto a su país y juzgado por diversos cargos. En 2001, el Vaticano fue demandado como cómplice por las comisiones de seguros de varios Estados, solicitando los doscientos millones de dólares en concepto de reparación. (CAMACHO, 2005, p. 300)

Além disso, o Vaticano se posiciona de uma forma muito utópica, pois em seus pronunciamentos defende os países menos favorecidos e socialmente marginalizados, porém não elabora nenhuma política pública voltada para essas nações mais carentes, bem como, também não toma nenhuma iniciativa e apenas age como observador, declarando em palavras o seu apoio aos países mais pobres e mantendo a imagem de uma figura solidária e piedosa.

### 3.2 RELAÇÕES CULTURAIS

As relações culturais são fundamentais para a formação da personalidade, seja de uma pessoa, de uma sociedade, de um povo e de um país. A identidade cultural é um conjunto vivo de certas práticas e tradições e relações sociais, que definem o indivíduo e a coletividade da qual ele faz parte, bem como a preservação de patrimônios simbólicos historicamente compartilhados, que estabelecem determinados valores entre os membros de uma sociedade.

Para exemplificar o contexto de elementos importantes, vale lembrar que uma das formas de representação cultural se elucida através da arte e quanto a este aspecto, a Cidade do Vaticano foi declarada Patrimônio da Humanidade pela UNESCO (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura) em 1984, pois é o lar de edifícios, obras de arte e volumes antigos que representam o ponto mais alto do poder cultural das obras mais sublimes da criatividade humana.

Estes aspectos possuem muita relevância, visto que desde a Idade Média, os pontífices romanos colecionaram ao longo dos séculos um significativo acervo de obras de arte. Desta forma, os Museus Vaticanos constituem um conjunto rico de renomadas instituições culturais, que abrigam extensas e valiosas coleções de arte e antiguidades.

[...] 1. Deve-se aos Papas do Renascimento, nomeadamente a Júlio II, a recollecção de obras de arte da antiguidade na senda das origens romanas da própria cidade de Roma. Ali permaneciam visíveis e à “flor da terra”, diversos vestígios da Idade Clássica, nomeadamente o imenso Coliseu que enfatizava essa glória passada, dando alma e corpo ao próprio movimento renascentista e, logo de seguida, ao maneirismo e ao barroco cujos primórdios se encontram nas colunas torças da capela-mor de S. Pedro. (BRAZ, 2011, p. 188).

A autora e especialista, Madalena Braz Teixeira também expõe em seu texto ao Caderno de Sócio museologia, que: “Em 1837, nasce o Museu Etrusco, seguindo-se lhe dois anos mais tarde o Museu Egípcio. Ao longo do século XIX são acrescentadas novas galerias e museus, dos quais os principais são o Museu Pio Cristão, 1854, uma Galeria de Tapeçarias, e outra de Mapas.” (BRAZ, 2011, p. 189). Além disso, o Vaticano possui uma série de outros espaços dentro dos palácios da cidade do Vaticano, como a Biblioteca Apostólica Vaticana, as galerias Salas de Rafael, a Galeria dos Candelabros e as capelas, como a Capela Sistina, que por si só guardam alto interesse arquitetônico, histórico e artístico. Ademais, durante muitos anos, foram realizadas muitas escavações arqueológicas na Itália e Roma se tornou o maior centro europeu de comércio de antiguidades, onde a Igreja detinha o privilégio de adquirir à sua escolha.

A imensa e inigualável Capela Sistina, encomenda de Júlio II a Miguel Ângelo, acabou por resultar na reafirmação da cristandade, não só no domínio da crença, mas na reanimação de uma nova mensagem ditada por uma estética religada às origens e, conseqüentemente, com créditos de maior pureza, exaltação e autenticidade. A evangelização visual fez-se também através das obras de arte que foram sendo encomendadas aos mais diversos artistas, pintores, escultores, desenhistas e gravadores que foram, sem dúvida, os grandes missionários e intérpretes dos textos bíblicos. [...] Em 1970 foram inaugurados a Pinacoteca Vaticana, o Museu Missionário e Etnológico, mas também o Lapidário Hebreu. Vieram a ser transferidos do Palácio de S. João de Latrão, em Roma para o Vaticano, sob a égide de João XXIII. Em constante ampliação, abriram-se novos núcleos com objetos palacianos em desuso e a coleção de carruagens e de automóveis. Foi inaugurada, no ano 2000, uma nova entrada funcional destinada a melhor atender os visitantes dos museus Vaticanos. (BRAZ, 2011, p. 188-189).

Para elucidar as características e relevância que os artigos histórico-culturais da Cidade Estado do Vaticano tem, citam-se um dos mais famosos deles: “Os Arquivos Secretos do Vaticano”. Trata-se de uma coleção de documentos, papéis históricos e importantes do vasto e amplo espectro de atuação da Igreja com o passar dos anos. Ou seja, um repositório central de todos os atos promulgados pela Santa Sé, contendo os documentos sobre a

administração do Vaticano, correspondência e livros de papas, processos da Inquisição e muitos outros documentos que a Igreja Católica tem acumulado ao longo dos séculos.

Localizados na Cidade de Vaticano, compreendem um local que reúne documentos relativos a todos os atos promulgados pela Santa Sé. São, na verdade, um imenso repositório central de informações, que abrange livros, documentos, correspondências, diários de papas, processos da Inquisição, papéis confidenciais, imagens, fac-símiles e milhares de outros registros que a Igreja Católica vem acumulando ao longo dos séculos. (COUTO, 2013, p.7).

O autor pontua ainda sobre o início da criação dos Arquivos Secretos do Vaticano:

Os Arquivos Secretos do Vaticano surgiram oficialmente em 1610 e foram sancionados pelo papa Paulo V (1552-1621) com a intensão oficial de “resguardar o legado de Jesus Cristo, herdado por seus seguidores”. Assim, todo documento classificado como de interesse eclesiástico está guardado no acervo, que inclui decretos, cartas, processos inquisitórios e, claro, os livros proibidos que tanto atraem a atenção do público. Lá também estão catalogados vários documentos que revelam a história de vários países, além de documentos administrativos relativos ao próprio Vaticano e livros de papas, entre outras raridades. (COUTO, 2013, p.12)

Tudo o que é secreto e oculto parece chamar mais a atenção, principalmente quando se trata de fatos históricos de grande relevância para todo o mundo. E, de fato, esta é exatamente a combinação que envolve os Arquivos Secretos do Vaticano, que contém, em seus 85 quilômetros de prateleiras: livros, documentos, papéis e imagens, contando cerca de dois milhões de registros, que a Igreja Católica acumulou em oito séculos.

Seu tamanho e extensão impressionam. Estima-se que contenham 85 quilômetros de prateleiras e que existam 35 mil volumes apenas no catálogo seletivo. No total são cerca de 2 milhões de documentos que relatam cerca de 800 anos de história guardados hermeticamente. (COUTO, 2013, p.7).

Os Arquivos estão organizados em seis grupos - Cúria, Delegações Papais, Singulares ou Familiares, Concílios, Ordens Religiosas, Mosteiros e Confrarias e Outros. Este complexo está dividido em dois recintos modernos destinados à pesquisa, com capacidade para receber a visita de pelo menos 1500 estudiosos. No entanto, os documentos mais modernos são apenas para os funcionários da cúria romana, enquanto o acervo é aberto para o público, mas mesmo assim é necessário passar por uma espécie de pré-seleção para obter acesso aos papéis.

No século XVII, sob as ordens do Papa Paulo V, o Arquivo Secreto foi retirado da Biblioteca do Vaticano e permaneceu totalmente fechado para pessoas não-autorizadas até o final do século XIX, quando foram abertos parcialmente pelo Papa Leão XIII, em 1883,

quando ele tomou a iniciativa de liberar os escritos referentes a 1815 e seus predecessores para pesquisadores não ligados à Igreja.

Os arquivos foram criados para ser consultados principalmente pelo papa e pela cúria romana. Com o passar do tempo, os Arquivos Secretos do Vaticano se tornaram um verdadeiro depósito de documentos ligados aos mais variados processos que envolviam a participação da Igreja Católica na defesa da fé cristã. [...]. No século XVII os arquivos foram retirados da biblioteca do Vaticano, até então seu local sede, e permaneceram fechados para pessoas não autorizadas até por fim do século XIX, quando passaram a ser abertos parcialmente pelo papa Leão XIII. Desde então, o acervo se tornou um dos mais importantes do mundo. (COUTO, 2013, p. 7 e 12)

Muitos estudiosos afirmam que o Arquivo Secreto não é um simples depósito de dados para consultas, mas também uma área proibida, que guarda detalhes e segredos que mudariam não apenas a história do cristianismo ou destruiriam todo o império ideológico que a Igreja Católica construiu o longo dos milhares de anos, mas também a história da humanidade como a conhecemos e os paradigmas que existem até hoje, além da perspectiva de todas as sociedades sobre os pilares da trajetória da humanidade. Alguns acreditam inclusive, que nestes arquivos seria possível encontrar informações “perigosas”, tais como os Evangelhos Apócrifos, o código da Bíblia, o verdadeiro terceiro segredo de Fátima, documentos confidenciais e outros, incluindo os relacionados à renúncia do papa emérito Bento XVI.

Talvez não haja um anúncio de maior expectativa, principalmente para o mundo dos pesquisadores, que a abertura total ou parcial dos Arquivos Secretos do Vaticano ao público. Imagine-se ter acesso a milhares de documentos históricos, em um acervo que é comparável ao de grandes museus do mundo, como o Museu Britânico ou o Louvre, mas composto apenas e tão somente por papéis inéditos, que não veem a luz do dia há séculos. Não é ato a que, a cada anúncio de abertura de uma parte dos Arquivos Secretos do Vaticano, o mundo noticia esse fato com destaque. O Vaticano conhece o fascínio que seus arquivos exercem nas pessoas. [...] (COUTO, 2013, p. 13)

Embora tudo isso tenha sido questionado, o Vaticano afirma que o fato é que as pessoas interpretam mal o verdadeiro significado dos Arquivos Secretos e acabam criando diversas teorias sobre o mesmo. E pontuam que, no entanto, a real definição para “Arquivos Secretos”, que deriva do latim “Secretum”, significaria “secretário”, demonstrando que os documentos seriam apenas comuns e relativos a administração do Vaticano. Por isso, somente os devidos responsáveis, autorizados poderiam consultá-los. Deste modo, os arquivos não poderiam ser completamente expostos ao público e não porque ser algo secreto ou oculto em si.

Mas o que há de “segredo” em tudo isso? Em latim, Arquivos Secretos do Vaticano são Archivum Secretum Vaticanum. Neste idioma, secretum tem o significado de segredo, mas também de secretário, ou seja, a pessoa de confiança de alguém. Assim, os Arquivos Secretos poderiam ser traduzidos como “arquivos de confiança”. Isso porque, quando alguma dúvida surge em assuntos relacionados à Igreja, é a eles que os padres recorrem para esclarecimentos. (COUTO, 2013, p.8).

Em uma entrevista ao site “Saúde e Literatura”, o jornalista e escritor especializado em história das teorias de conspiração e das sociedades secretas, que é autor do livro “Arquivos Secretos do Vaticano”, Sérgio Pereira Couto, 48 anos, pontuou que as fontes de pesquisa utilizadas para a criação deste livro foram quatro visitas de 20 minutos ao local, além de entrevistas com os encarregados. Ressaltando ainda que, todas as informações no livro demoraram cerca de sete anos no total para serem reunidas.

Sendo assim, de acordo com estas informações dos estudiosos e pesquisadores da área, observa-se e conclui-se que mais que apenas um patrimônio cultural do Vaticano, essas relíquias fazem referência a todo um contexto mundial, sendo parte importante do patrimônio cultural de cada nação e, portanto, do patrimônio mundial da humanidade. Logo, as relações culturais do Vaticano vão além do comum e abrangem um conjunto de relíquias que desenham a linha do tempo da humanidade, contendo elementos culturais e artísticos fundamentais para a composição da identidade cultural mundial.

### 3.3 RELAÇÕES POLÍTICAS

A influência política do Vaticano ultrapassa os limites geográficos, visto que suas decisões repercutem na vida não apenas dos cristãos, mas também na vida de milhões de pessoas ao redor do mundo. Isso pode ser observado pelo fato do mesmo possuir personalidade jurídica no Direito Internacional Público, ou seja, a Santa Sé tem capacidade plena para estabelecer tratados internacionais com outros Estados (concordatas), bem como, enviar representantes diplomáticos (Núncios Apostólicos), tanto frente às Nações Unidas como a organizações internacionais, além estar presente nos mecanismos de soluções pacíficas de controvérsias e fazer parte dos procedimentos dentro dos tribunais internacionais, tanto ativamente como passivamente.

Apresentando-se como Estado, sobre o território do Vaticano e Governo da Igreja Católica, a Santa Sé reforça a importância de sua atuação internacional, principalmente referente à garantia e respeito aos Direitos Humanos e aos Princípios Internacionais, como a

cooperação entre os países. E tal atuação revela-se bastante significativa nas áreas de cultura, história e filosofia, entre muitos outros aspectos.

Uma das principais características da independência jurídica da Santa Sé é a de evitar que o Papa seja subordinado a algum Estado, garantindo assim, a imparcialidade em suas decisões, inclusive nos assuntos políticos internacionais. Além disso, possui ativa participação internacional, especialmente em assuntos relacionados à promoção da dignidade humana.

A personalidade jurídica reconhecida do Vaticano aborda uma análise para a promoção de sua diplomacia, que pode ser baseada de acordo com duas vertentes: a diplomacia bilateral, onde a Santa Sé possui a capacidade de estabelecer acordos sobre assuntos específicos, celebrando as “concordatas” com os quase 180 Estados com quem mantém relações de cunho diplomático. E a diplomacia multilateral, que se concretiza através das relações com organizações internacionais e os múltiplos mecanismos que as integram. Sendo membro e observador no total de 48 organizações internacionais, como a Organização das Nações Unidas, a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura e a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura.

A diplomacia multilateral representa para a Santa Sé um importante instrumento de participação internacional que lhe permite exercer certa influência no cenário internacional. Por essa razão, desde o surgimento das primeiras organizações internacionais, os Papas fizeram questão de estar presente nelas por meio das diferentes modalidades que lhes eram oferecidas. Atualmente, a Santa Sé participa como Observador Permanente junto à Organização das Nações Unidas nas sedes de Nova York, Genebra e Viena; na Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO), em Roma; na Organização Internacional do Trabalho (OIT), em Genebra; na Organização Mundial da Saúde (OMS), em Genebra; na Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO), em Paris; na Organização das Nações Unidas para o Desenvolvimento Industrial (ONUDI), em Viena; no Fundo Internacional para o Desenvolvimento Agrícola (IFAD), em Roma; na Organização Mundial do Turismo (OMT), em Madri; na Organização Meteorológica Mundial (OMM), em Genebra; na Organização Mundial do Comércio (OMC), em Genebra; no Programa das Nações Unidas Para o Desenvolvimento (UNDP), em Nova York; no Programa das Nações Unidas para os Assentamentos Humanos (UN-HABITAT), em Nairóbi; no Programa das Nações Unidas para o Ambiente (UNEP), em Genebra; no Programa Alimentar Mundial (PAM), em Roma; na Comissão Internacional do Estado Civil (CIEC), em Estrasburgo; no Conselho da Europa (CE), em Estrasburgo; e na Organização dos Estados Americanos, em Washington (OEA). A Santa Sé é membro também no Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (UNHCR), em Genebra<sup>51</sup>; na Conferência das Nações Unidas para o Comércio e o Desenvolvimento (UNCTAD), em Genebra; na Organização Mundial da Propriedade Intelectual (OMPI), em Genebra; na Agência Internacional para a Energia Atômica (AIEA), em Viena; na Organização para a Proibição das Armas Químicas (OPCW), na

cidade de Haia; no Comitê Internacional da Medicina Militar (CIMM), em Bruxelas; na Organização Internacional dos Institutos Superiores para o Controle das Finanças Públicas (INTOSAI), em Viena; na Organização para a Segurança e Cooperação na Europa (OCSE), em Viena; e no Instituto Internacional para a Unificação do Direito Privado (UNIDROIT), em Roma. (CARLETTI, 2012, p. 59-60)

Neste mesmo contexto, o autor Caetano Salmo de Souza, complementa a ideia afirmando:

[...] Além de fazer parte do Comitê Executivo do Programa do Alto Comissariado das Nações para os Refugiados e é membro da Agência Internacional de Energia Atômica, do Conselho de Cooperação Cultural do Conselho da Europa, da União Internacional dos Organismos Oficiais de Turismo, também da família dos institutos especializados por sua pertença à Agência Internacional para Energia Atômica (assim como pela pertença do Estado da Cidade do Vaticano à União Postal Internacional e à União Internacional de Telecomunicações). (SOUZA, 2008, p.133)

Sob outra perspectiva, pode-se observar que o Vaticano como ator internacional, não demonstra seu poder apenas por meio de sua diplomacia, como tal, mas também pelo fato de que por trás de sua diplomacia está a Igreja Católica, que exerce diversas atividades espalhadas ao redor do mundo. Ou seja, em virtude de seu caráter universal e soberano, a Igreja Católica é a única instituição religiosa que pode estabelecer relações diplomáticas oficiais com outros Estados soberanos da comunidade internacional. E a consequência é que o Vaticano, como um grande poder político, emprega a Igreja Católica como uma instituição religiosa para ajudar a alcançar os seus objetivos e defender seus interesses.

Seguindo essa linha de pensamento, pode-se afirmar que para que tais objetivos sejam construídos, é importante que haja estratégias políticas eficazes e bem persuasivas, para consolidar o espaço que a Santa Sé possui no cenário internacional e expandir ainda mais sua representatividade nos assuntos e acontecimentos mais importantes no mundo, deixando claro a todos, a influência e a força que o Vaticano exerceu durante muitos anos e ainda exerce atualmente.

Uma dessas estratégias mais conhecidas é a doutrina político-internacional dos papas, iniciada por Pio X de 1903-1914, que desenvolveu o princípio da unidade do gênero humano, baseada na força unificante do amor a Deus e ao próximo. Sendo assim, se fundamentaria na lei universal da mútua solidariedade humana, aproximando ainda mais os povos e buscando a convivência harmônica dos povos em sociedade, mesmo lidando com as diferenças de crenças, cores e culturas.

Para elucidar melhor o tema, reafirmando a posição do pontífice Pio X após quase um século, o livro “Diálogo entre as culturas para uma civilização do amor e da paz” reúne trechos do discurso do papa João Paulo II para a celebração do Dia Mundial da Paz em 1º de Janeiro de 2001, onde o mesmo afirma em sua mensagem, a diversidade de culturas e o mutuo respeito:

Em tempos passados, as diferenças entre as culturas foram frequentemente fonte de incompreensões entre os povos e motivo de conflitos e guerras. E ainda hoje, infelizmente, é com crescente apreensão que assistimos, em várias partes do mundo, à polêmica afirmação de algumas identidades culturais contra outras culturas. Este fenômeno, se exagerado, pode desembocar em tensões e conflitos desastrosos, e, no mínimo, torna penosa a condição de algumas minorias étnicas e culturais que têm de viver no meio de maiorias culturalmente diversas, propensas a atitudes e comportamentos hostis e racistas. À vista de tal cenário, todo o homem de boa vontade não pode deixar de interrogar-se sobre as orientações éticas fundamentais que caracterizam a experiência cultural duma determinada comunidade. (MOREIRA, 2001, p. 10).

De acordo com essa doutrina eclesiástica de tal princípio de unidade do gênero humano derivaria a unidade da "família humana" que o constitui. O que pressupõe que, por mais que os povos tenham se diferenciado ao longo dos anos, isso não deve romper a unidade familiar que lhes remete à sua origem comum, de “ser humano”. Além disso, deveriam promovê-la e intensificá-la, com maior comunicação e intercâmbio de seus dons, bens e riquezas.

[...] O diálogo leva a reconhecer a riqueza da diversidade e dispõe os ânimos para a recíproca aceitação, em ordem a uma autêntica colaboração, de acordo com a primordial vocação à unidade de toda a família humana [...] (MOREIRA, 2001, p. 12).

Com isso, compreende-se que as relações políticas da Santa Sé são estruturadas e guiadas por estratégias que evidenciam ainda mais as características principais de sua doutrina e fundamentos diplomáticos, como a solidariedade, ajuda humanitária, defesa de causas sociais, busca pela erradicação da fome e pobreza, entre outras.

À vista das desigualdades crescentes no mundo, o primeiro valor que necessita de uma maior consciencialização é certamente o da solidariedade. Toda a sociedade está assente sobre a base da inter-relação originária das pessoas, construída em círculos cada vez mais amplos de relacionamento desde a família passando pelos demais grupos sociais intermediários até à sociedade civil no seu todo e à comunidade estatal. Por sua vez, os Estados não podem prescindir de estabelecerem mútuas relações: a situação atual de interdependência planetária ajuda a perceber melhor a comunhão do destino

da família humana inteira, fomentando em todas as pessoas conscientes a estima pela virtude da solidariedade. A tal respeito convém, todavia, assinalar que o incremento da interdependência levou a descobrir muitas disparidades, tais como entre países ricos e pobres, a fratura social dentro de cada país entre quem vive na opulência e quem vê lesada a sua dignidade por que lhe falta inclusive o necessário, a degradação ambiental e humana provocada e acelerada pelo uso irresponsável dos recursos naturais. Em alguns casos, tais diferenças e desequilíbrios sociais têm vindo a aumentar até deixar os países mais pobres completamente à deriva. É por isso que, no coração duma autêntica cultura da solidariedade, tem-se de colocar a promoção da justiça. E não se trata apenas de dar o supérfluo a quem passa necessidade, mas de ajudar povos inteiros, que dele estão excluídos ou marginalizados, a entrarem no círculo do desenvolvimento econômico e humano. Isto será possível não só fazendo o uso do supérfluo, que o nosso mundo produz em abundância, mas, sobretudo alterando os estilos de vida, os modelos de produção e de consumo, as estruturas consolidadas de poder que hoje regem as sociedades. (MOREIRA, 2001, p. 17-18).

Outro panorama a ser observado, é o das relações políticas que o Vaticano mantém com outros países, como o Brasil, que por abrigar a maior população católica do mundo, sempre manteve relações próximas e alinhadas com a Santa Sé. E que, no geral ambos tratam de assuntos relacionados aos temas de combate à fome e à miséria, a promoção dos Direitos Humanos, auxílio ao desenvolvimento, maior diálogo e debates sobre temas ambientais, paz e segurança internacional, desarmamento, refugiados e migrantes. Essa afinidade política e diplomática torna o contato entre Brasil e Santa Sé cada vez mais sólido e amistoso. Além disso, é possível afirmar que o Vaticano possui fortes relações diplomáticas com países como Argentina, Estados Unidos, França, México, entre outras, e recentemente com Montenegro, Emirados Árabes Unidos, Botsuana e a Federação Russa.

Tendo por bases de fundamentação e estruturação todas as informações trazidas à baila no presente, pode-se considerar que a Santa Sé tem desempenhado papel de maciça importância dentro do direito internacional. Em razão disso, a Sé Apostólica é reconhecida como sujeito de direito internacional, a exemplo do que é a Soberana Ordem de Malta e da Cruz Vermelha, o que viabiliza a estruturação de relações diplomáticas, tanto bilaterais (concordatas e tratados) como multilaterais, podendo figurar, neste caso, como membro, convidado ou ainda observador. À luz de tais fatos, é indiscutível que a Santa Sé goza de status de sujeito de direito internacional, sendo reconhecida inclusive por grande parte das organizações internacionais, dentre as quais se pode destacar a Organização das Nações Unidas e as diversas agências, a ela, subordinadas, bem como instituições de cunho regional, como é o caso da União Africana, a União Européia, a Organização dos Estados Americanos e a Liga dos Estados Árabes. (RANGEL, 2012)

Atualmente, desses quase 180 países que a Santa Sé possui relações políticas, cerca de 80 mantêm sedes diplomáticas junto à Santa Sé com embaixadores em Roma; os outros são

representados por diplomatas residentes na Europa. Ademais, em todo o mundo, a Santa Sé possui 101 Núncios Apostólicos como representantes do corpo diplomático do Vaticano e que conduzem os acordos e diálogo entre os Estados, sendo eles, os mais recentes:

No ano de 2015 foram firmados quatro Acordos: em 1º de abril, a Convenção entre a Santa Sé e o Governo da República italiana em matéria fiscal; em 10 de junho, o Acordo entre a Santa Sé - também em nome e por conta do Estado da Cidade do Vaticano – e os Estados Unidos, para favorecer a observância, a nível internacional, das obrigações fiscais e implementar a Foreign Account Tax Compliance Act; em 26 de junho, o Acordo global entre a Santa Sé e o Estado da Palestina; em 14 de agosto, o Acordo entre a Santa Sé e a República Democrática do Timor Leste sobre o Estatuto Jurídico da Igreja Católica no país. Já em 22 de junho foi ratificado o Acordo entre a Santa Sé e a República do Chade sobre o Estatuto Jurídico da Igreja Católica, que havia sido firmado em 6 de novembro de 2013. Em 10 de setembro, por sua vez, foi assinado um Memorandum de Intenção entre a Secretaria de Estado e o Ministério dos Assuntos Externos do Estado do Kwait sobre a realização de consultas bilaterais. (RADIO VATICANA, 2016).

Apoiando-se nesta ideia, é importante salientar que tais relações são fundamentadas por uma estratégia essencialmente pragmática e possuem uma longa história sempre direcionada para a preservação e para a conquista de mais projeção de poder em todos os âmbitos das relações exteriores. Diante disso, nota-se que esta característica refletiu não somente na forma como os pontífices governaram e administraram a política externa, mas também da forma com que os temas e acontecimentos ao longo desses anos todos foram abordados e discutidos em sociedade, pois além da fundamental importância do que o diálogo e o contato que a Santa Sé possui com os países é a forma como o qual se posiciona diante dos aspectos sociais, humanitários e voltados para as regiões menos favorecidas do mundo.

Essas principais características da estratégia política do Vaticano envolvem no geral, a busca em sempre favorecer a estabilidade nas relações bilaterais e multilaterais; se mostra silenciosa e observadora, para a menor exposição possível para a imagem da instituição; procura reforçar e alinhar-se sempre a imagem da Igreja Católica; visa consolidar e garantir espaço interno dos Estados e no plano mundial, o maior grau possível de influência e de aceitação das propostas da Igreja e não a conquista de poder político direto. Ademais, o Vaticano também demonstra uma forte habilidade como articulador na atuação do intermédio em conflitos políticos, como por exemplo, no caso da reaproximação entre Estados Unidos e Cuba em 2014, por forte auxílio do Papa Francisco na condução e direcionamento do diálogo entre os Estados, conforme a notícia do Jornal brasileiro: “A ação do Vaticano no caso de

Cuba não se limitou à mediação com os EUA. O papa Francisco ordenou a seus representantes que usassem as instalações da Igreja em Havana para a realização de cursos que permitam a formação do espírito empresarial entre os cubanos.” (ESTADÃO, 2015).

Neste tópico, portanto, se esclarece o fato de que a hegemonia exclusiva que o Vaticano possui se construiu através da grandiosidade da história da Igreja Católica e sua organização universal e transnacional. Ou seja, todo esse prestígio e respeito que a Santa Sé possui no sistema internacional atualmente foram adquiridos durante muitos anos da influência da Igreja Católica.

“Dessa forma o Vaticano exerceu e irá continuar exercendo influência nas relações internacionais. Com a facilidade constituída na figura pública do Papa e a envergadura política com a qual o Estado conta, podemos prever um futuro ainda longo à instituição. Enquanto existirem indivíduos que nela confiam a sua soberania estará preservada e o seu poder reforçado. ” (PORTILHO, 2011, s/n).

Com isso, a função estratégica dos pontífices foi a de manter o desenvolvimento da representatividade do Vaticano nas organizações internacionais, no contato com os Estados e na busca do estabelecimento de novas cooperações políticas e diplomáticas, abrindo ainda mais o seu espaço na dinâmica internacional, garantindo assim, mesmo que de forma singela, a atuação na defesa de seus interesses e ideais.

### 3.4 EXISTE CONSERVADORISMO?

Para dar início a essa reflexão, é importante compreender o conceito e contexto do conservadorismo neste aspecto. Sendo assim, entende-se que o conservadorismo é uma ideologia política que se baseia na oposição às inovações e às mudanças, ou seja, é um termo usado para descrever posições político-filosóficas alinhadas com o tradicionalismo comum de crenças, usos e costumes de uma determinada sociedade. Tanto que para os conservadores, a implementação das mudanças deveria ser mínima e gradual e partir de ideais realistas e não idealistas.

Na história da humanidade, pelo menos a partir da alta Idade Média, a Europa esteve à frente do desenvolvimento. No início da Idade Média, esse papel ainda cabia ao islamismo, mas depois o mundo se viu cada vez mais marcado pelo cristianismo. Não é à toa que se fala em Idade Média Cristã. Mas, em seguida, a Europa passou pela Reforma que, apesar de todas as dificuldades e divisões que trouxe, representou também um enorme enriquecimento para o desenvolvimento futuro. A verdade dessa afirmação fica mais evidente quando fazemos uma comparação ao islamismo que não

sofreu nenhuma reforma, ou com o judaísmo, que só teve sua reforma em consequência do iluminismo resultando no judaísmo reformado do século XIX. Por causa dessa dupla troca de paradigmas, o cristianismo pôde resolver problemas que, no islã ou nas outras grandes religiões, continuam, pelo menos em parte, sem solução. A modernidade, que é também, mas não exclusivamente, um produto da reforma, encontra-se com essas religiões não de maneira direta, mas indiretamente, como o resultado de novas filosofias, ciência e teorias da sociedade e do Estado que, inicialmente, abalaram profundamente também o cristianismo, porque este continuou se opondo a todas essas forças. [...] podemos dizer que, sobretudo, a Igreja Católica, mas em parte também a Igreja protestante, nunca conseguiram aceitar completamente a modernidade. (KUNG, 2002, p. 12-13).

Seu surgimento foi observado primeiramente como uma reação ao Iluminismo, colocando a fé sobre a razão e geralmente, o conservadorismo impõe dificuldades de compreensão de temas como diferentes cores e etnias, religiões, casamento de pessoas do mesmo sexo e debates a cerca de identidade de gênero e sexualidade, aborto, divórcio, métodos anticoncepcionais, posições sobre as novas construções do conceito de família, entre outros.

[...] Assim, nas Igrejas cristãs, sofremos ainda hoje com problemas que têm a sua origem no século XVI, ou seja, problemas da Reforma que não conseguimos resolver. Basta citar o casamento de sacerdotes e o matrimônio de pessoas de diferentes credos cristãos. Mas continuamos sofrendo, sobretudo com problemas do século XVII e XVIII, isto é, da época moderna, que só agora tentamos resolver. Na verdade, o Concílio Vaticano II fez um esforço tanto para realizar os reclamos da Reforma quanto para analisar e levar a sério os da modernidade. Tentou ajustar-se às duas trocas de paradigma. [...] (KUNG, 2002, p. 13-14).

O fato é que o conservadorismo está presente em todos os Estados, inclusive no Vaticano, onde existe de fato, uma ala conservadora da Igreja Católica, atualmente um total declarado de 13 opositores fortes ao Papa Francisco, muito influentes e que representam muitos cardeais e bispos dentro dos muros vaticanos. É a ala conservadora que possui uma posição intolerante e/ou retrógrada e que ainda mantém um pensamento tradicionalista, dogmático e conservador, resguardando a transmissão de uma incoerente infinidade de doutrinas a ser insistentemente impostas sobre alguns temas, como a proibição do aborto ao casamento gay, aborto e contracepção.

Desde o século IV a Igreja Católica se posiciona duramente contra a prática do aborto, pois para eles, o direito à vida não pode ser interrompido em hipótese alguma. Além disso, a Igreja Católica determinou uma pena de excomunhão de toda mulher que fizesse o aborto e também todos os envolvidos na ação, considerada pecaminosa (CÓDIGO DE DIREITO CANÔNICO, 1983), visto que de acordo com o Catecismo da Igreja e o Código de Direito

Canônico, o que seria um Código Penal, a excomunhão é uma punição dada aos fiéis que cometem algum crime do ponto de vista cristão e é capaz de expulsar ou excluir um membro religioso, tirando o direito do mesmo receber os Sacramentos da Igreja, como o matrimônio.

Quanto aos atos de homossexualidade, a tradição católica sempre declarou que são intrinsecamente desordenados, visto que para muitos conservadores do Vaticano, a complementaridade entre homem e mulher foi criada por Deus e não deve ser tocada, baseado logo nas primeiras páginas do livro do Gênesis, trata-se de uma realidade sagrada, ou seja, a Igreja Católica Romana considera o comportamento sexual humano quase sacramental por natureza, sendo assim, quaisquer ações relativas ao comportamento sexual homo genital são considerados pecaminosos porque atos sexuais, por natureza, são unitivos e procriativos - e assim devem continuar sendo. Por isso, a Igreja pede aos homossexuais que mudem sua conduta e comportamento, pois entendem que a sexualidade humana, ferida pelo pecado original, tem várias tendências destruidoras e o homossexualismo é inserido neste contexto, por não ser a tradicional concepção do relacionamento entre homem e mulher descrito na Bíblia e então, acreditam que atos sexuais entre pessoas do mesmo sexo são incompatíveis com essa crença.

No entanto, de acordo com o novo processo de atualização do Vaticano, onde o atual pontífice Papa Francisco está redirecionando os caminhos políticos da Santa Sé para o contexto moderno de alguns dos temas polêmicos supracitados, as opiniões ficam divididas e há certo desalinhamento entre manter a hegemonia doutrinária da Igreja Católica e continuar a seguir os mesmos conceitos de todos os séculos passados ou enfrentar os novos desafios da política religiosa contemporânea, adaptando os fundamentos e compreensões da religião ao atual cenário sócio-político.

Three years after the election of Pope Francis, Roman Catholic conservatives are growing increasingly worried that he is quietly unraveling the legacy of his predecessors. Francis' popularity with most Catholics, and legions of non-Catholics, has given him the image of a grandfatherly parish priest who understands how difficult it sometimes is to follow Church teachings, particularly those on sexual morality. Conservatives worry that behind the gentle facade lies a dangerous reformer who is diluting Catholic teaching on moral issues like homosexuality and divorce while focusing on social problems such as climate change and economic inequality. Interviews with four Vatican officials, including two cardinals and an archbishop, as well as theologians and commentators, highlighted conservative fears that Francis' words and deeds may eventually rupture the 1.2 billion member Church.(PULLELLA; HENEGHAN,2016).

Segundo o conteúdo exposto no artigo “A crisis of conservative catholicism” do Jornal The New York Times, o autor Ross Douthat explica as contradições da visão moderna sobre os posicionamentos do Vaticano:

And by the turn of the millennium, it was clear to anyone with eyes to see that this generation owned the Catholic future, that the liberal alternative had been tried and failed, and that the Church of the twenty-first century would embody a successful synthesis—conservative but modern, rooted in tradition but not traditionalist—of conciliar and pre-conciliar Catholicism, the Church of two thousand years of history and the Church of Vatican II.(ROSS DOUTHAT, 2016).

Portanto, a influência da Santa Sé nas relações internacionais demonstra a facilidade de se deparar com oposições oriundas das mais variadas frentes em face de seu conservadorismo e valores cultuados. Têm-se, na realidade, Estados e sociedades que gradativamente orientam-se por ideias de índole liberal, enquanto a Santa Sé não acompanha num primeiro olhar, esta tendência evolutiva. Não por acaso, a posição da Santa Sé no cenário das relações exteriores é, muitas vezes, vista com desconfiança e como fator comprometedor, devido ao seu conservadorismo, à nova dinâmica contemporânea das relações interestatais.

#### 4 A ATUALIDADE E REPRESENTATIVIDADE DA SANTA SÉ

Quando surge no Vaticano, um novo representante do poder espiritual da Igreja, também se elege um novo chefe de Estado. Essa transição de poder espiritual também significa uma transição de governo, exercendo-se assim a soberania, bem como a possibilidade de ter direitos e deveres internacionais.

O fator mais relevante é que o Vaticano sempre esteve atrelado e alinhado aos panoramas da Igreja Católica, onde exercia no contexto histórico e internacional um papel determinante para a construção de sua ideologia, além de ter conduzido todos os posicionamentos da instituição em si e é isso que permite que hoje, mesmo após séculos, polêmicas, transformações mundiais e evolução, a doutrina vaticana ainda seja uma das mais importantes e respeitadas no cenário internacional.

Ampla se faz a análise do período de transformação do Concílio Vaticano II, que foi um elemento de passagem e transição da Igreja da Contra Reforma e da Cristandade para dentro da modernidade, adaptando-se ao mundo contemporâneo e redirecionando seus posicionamentos diante de sua função de tutela da sociedade, reconsiderando os conceitos do saber, da moral e observando o comportamento das pessoas.

Em sua obra intitulada “Igreja Contemporânea – Encontro com a modernidade”, o autor João Batista Libanio, expõe considerações importantes sobre a compreensão dos aspectos mais relevantes sobre a transição do Vaticano para atualidade, bem como, explica o panorama de transformações que a Igreja Católica passou ao longo dos séculos:

A Igreja vem trilhando um caminho de cruces e glórias, de derrotas e vitórias, de fluxos e refluxos, de decadência e renovação, de perseguições e entronizações. [...] O surgir da modernidade, que arranca do próprio seio da Igreja muito da seiva que alimenta, apareceu-lhe como a maior ameaça a sua integridade, a sua existência. [...] Os princípios da modernidade avançavam célebres através das gigantescas revoluções francesa e socialista, da elaboração teórica dos ideólogos e filósofos que configuravam o pensamento do Ocidente. [...] O Concílio Vaticano II marcou a virada da Igreja nesse confronto com a modernidade. Tornou-se o símbolo indiscutível do diálogo aberto e corajoso da Igreja com o pensamento moderno. Divisor de águas que fez correr para o oceano do conservadorismo os mananciais adormecidos dos tradicionalistas e para os mares da renovação os movimentos de vida que se gestavam em seu seio. (LIBANIO, 2002, p. 9-11).

O paradigma da pré-modernidade baseava-se na imagem antiga do mundo, na autoridade e tradição como fontes principais e até mesmo exclusivas da verdade, na necessidade absoluta da Igreja católica como meio de salvação, no serviço da razão à fé, na

disciplina e regras objetivamente definidas e cumpridas sem consideração das subjetividades, entre outros. Enquanto, por outro lado, o paradigma da modernidade expressava-se nas mudanças da nova imagem do Vaticano, que começara a compreender a experiência como fonte principal, na autonomia da razão diante da fé, na disciplina e regras interpretadas segundo as condições subjetivas das pessoas, na participação do poder na Igreja até mesmo nas pequenas comunidades, na compreensão de uma moral comum a todo ser humano e influenciada pelas diversas condições culturais.

A função e importância do Concílio Vaticano II também pode ser melhor compreendida, novamente por meio das ponderações do autor João Batista Libanio, onde o mesmo cita:

A Igreja católica, responsável por conservar uma longa tradição e muitas tradições, viu-se mais uma vez questionada em sua raiz. Refugou, de novo, esse avanço da modernidade subjetiva e individualista que lhe batia à porta [...] Os aspectos objetivos, a autoridade do magistério, a prática externa dos sacramentos são reforçados em oposição à liberdade religiosa individual, à valorização das experiências pessoais e ao critério subjetivo da verdade. Assim, a Igreja católica cria uma consciência de si marcada pela exterioridade e visibilidade, em oposição à suposta indefinição dos contornos eclesiais dos reformadores. (LIBANIO, 2002, p. 13 e 15).

Reforçando ainda mais este pensamento, a perspectiva da própria Igreja enquanto Vaticano, diz que:

[...]é dever da Igreja investigar a todo o momento os sinais dos tempos, e interpretá-los à luz do Evangelho; para que assim possa responder, de modo adaptado em cada geração, às eternas perguntas dos homens acerca do sentido da vida presente e da futura, e da relação entre ambas. É, por isso, necessário conhecer e compreender o mundo em que vivemos, as suas esperanças e aspirações, e o seu carácter tantas vezes dramático. Algumas das principais características do mundo actual podem delinear-se do seguinte modo. A humanidade vive hoje uma fase nova da sua história, na qual profundas e rápidas transformações se estendem progressivamente a toda a terra. Provocadas pela inteligência e actividade criadora do homem, elas re incidem sobre o mesmo homem, sobre os seus juízos e desejos individuais e colectivos, sobre os seus modos de pensar e agir, tanto em relação às coisas como às pessoas. De tal modo que podemos já falar duma verdadeira transformação social e cultural, que se reflecte também na vida religiosa.(CONSTITUIÇÃO PASTORAL – GUARDIUM ET SPES, 1965).

Sobre a posição do Vaticano após sua renovação:

A actual perturbação dos espíritos e a mudança das condições de vida, estão ligadas a uma transformação mais ampla, a qual tende a dar o predomínio, na

formação do espírito, às ciências matemáticas e naturais, e, no plano da acção, às técnicas, fruto dessas ciências. Esta mentalidade científica modela a cultura e os modos de pensar duma maneira diferente do que no passado. A técnica progrediu tanto que transforma a face da terra e tenta já dominar o espaço. Também sobre o tempo estende a inteligência humana o seu domínio: quanto ao passado, graças ao conhecimento histórico; relativamente ao futuro, com a prospectiva e a planificação. Os progressos das ciências biológicas, psicológicas e sociais não só ajudam o homem a conhecer-se melhor, mas ainda lhe permitem exercer, por meios técnicos, uma influência directa na vida das sociedades. Ao mesmo tempo, a humanidade preocupa-se cada vez mais com prever e ordenar o seu aumento demográfico. (CONSTITUIÇÃO PASTORAL – GUARDIUM ET SPES, 1965).

De acordo com tal reflexão, pode-se concluir que a modernidade é, portanto, um dado religioso e um fato sociocultural. E o Concílio Vaticano II, visto sob o aspecto do confronto com a modernidade, consistiu na ampliação do diálogo com as nações, liberdade de expressão na sociedade, pluralismo de posições, mesmo que não exclusivamente da Igreja Católica, valorização da razão autônoma e da ciência e reconhecimento do avanço do conhecimento e respeito às diferenças religiosas.

Seguindo ainda esta linha de pensamento, fica evidente a participação e representatividade da Santa Sé na dinâmica atual internacional, visto que poucas instituições estiveram tão presentes em todos os últimos vinte séculos como a Igreja Católica. Assim como o Papa possui o papel de líder espiritual político sempre exerceu grande influência no mundo pós- Cristo pelo fato de atingir a vida moral e espiritual de milhares de cidadãos ao redor do globo terrestre.

A quase bimilenar experiência diplomática da Igreja é também notória. A personalidade jurídica internacional da Santa Sé reforça ainda mais a idéia de poder e influência que este Estado exerce no Sistema Internacional. Dessa forma o Vaticano exerceu e irá continuar exercendo influência nas relações internacionais. Com a facilidade constituída na figura pública do Papa e a envergadura política com a qual o Estado conta, podemos prever um futuro ainda longo à instituição. Enquanto existirem indivíduos que nela confiam a sua soberania estará preservada e o seu poder reforçado. (PORTILHO, 2011).

Em vista disso, considera-se que o Vaticano possui atualmente, muito mais do que apenas um legado de anos de história construindo um império religioso grandioso e extremamente relevante para a humanidade, mas também a de um polo de poder político e atuante nas relações internacionais, conduzindo sua hegemonia conforme as transições dos períodos históricos e enfrentando de forma sabia os desafios do mundo contemporâneo, mantendo-se assim, fortemente presente na atualidade e ainda como foco midiático e de importante influência internacional.

#### 4.1 QUAL O ESPAÇO POLÍTICO NO SISTEMA INTERNACIONAL ATUAL?

A tradição interpreta que o Papa possui controle sobre dois poderes: o espiritual e o material, ambos derivados do sentido humano. Para tanto, observa-se que a Igreja nunca ocupou apenas a função orientadora de reflexão espiritual, mas também a sua condição política, mesmo que antes, de uma forma mais silenciosa. No entanto, atualmente, tal afirmação fica evidente quando se compreende que a Igreja Católica possui o poder de crença espiritual, enquanto a Cidade Estado do Vaticano ocupa o poder político soberano. Além disso, muitos outros exemplos disso são os representantes políticos dos países que são religiosos e muitas vezes, utilizam-se dessa imagem carismática e espirituosa para se aproximar da política e conquistar maior influência e representatividade da defesa dos interesses em comum com as doutrinas religiosas.

Com o reconhecimento dos Estados Pontífices, a Igreja Católica foi idealizando e traçando estratégias para disseminar não somente a religião pela Europa e pelo mundo todo, mas também como uma forma de conquistar seu espaço político e soberano, garantindo a consolidação de seu império. Desta forma, destacou sua habilidade de negociação e cooperação entre outros Estados já soberanos e então, com o Tratado de Latrão, mencionado no início do presente trabalho, teve seu espaço devidamente autenticado e legalmente soberano. A partir daquele momento, então, o Vaticano nunca mais significou apenas a representatividade da religião cristã, mas simbolizou o início da construção política e a conquista do espaço de seu país no cenário internacional.

Em 1929, durante o governo de Benito Mussoline, houve a assinatura de dois tratados, aos quais foi dado o nome de Tratados de Latrão, haja vista terem sido realizados no palácio do Latrão, em Roma, tendo como assinante, pelo lado da Igreja Católica, o Cardeal Pietro Gasparri, e, como representante do governo italiano, o primeiro ministro, Benito Mussolini. Por este tratado, foi reconhecida, definitivamente, ao Sumo Pontífice, a chefia do Estado da Cidade do Vaticano, bem como da Igreja Católica, por meio da Santa Sé ou Sé Apostólica. (FILHO, 2010).

O estabelecimento da Cidade Estado do Vaticano, incluindo o surgimento da Santa Sé como organismo político representante da imagem do Vaticano, deu à Igreja uma forte liberdade de atuação, assegurando ao Papa o poder necessário para a difusão da hegemonia católica, atrelando cada vez mais a figura política e assim, edificando os organismos administrativos, financeiros e diplomáticos da Instituição, bem como, o alinhamento de

discurso perante a sociedade, que contribuiu muito para a solidificação deste como um Estado respeitado.

[...] É a Suprema Autoridade da Igreja Católica e do Estado da Cidade do Vaticano. No plano nacional, a Santa Sé zela pelos interesses da Igreja Católica junto dos Governos de cada Estado onde se faz presente e junto ao Episcopado estabelecido no mesmo. No plano internacional, a Santa Sé é constituída essencialmente pelo Ofício do papa e seus direitos e prerrogativas derivados da sua Soberania Espiritual, que é a sua qualidade primordial, que constitui a verdadeira razão de ser do Papado e que fundamenta a sua Personalidade Jurídica de Direito Internacional Público, reconhecida, aliás, desde 380 d.C., momento em que a Igreja Católica tornou-se religião oficial do Império romano [...] (SOUZA, 2005, p. 298-299)

Atualmente, com os novos meios de comunicação, os novos atores da dinâmica internacional, possibilitaram diversas oportunidades para que o poder da Igreja Católica se tornasse cada vez mais representativo no cenário político.

De fato, a velocidade da História moderna provoca o envelhecimento dos paradigmas à medida que apresenta novos problemas, novas conquistas e cria novas configurações sociais e culturais. Os tempos pré-modernos evoluíam de maneira lenta, os produtos materiais e simbólicos tinham uma longa duração, perpassavam gerações de modo relativamente intacto. A longa Idade Média dispõe de maneira emblemática esse ritmo histórico e essa postura. A modernidade, por seu turno, pode ser descrita como a história da aceleração progressiva de todos os tipos de produção material ou simbólica. Sua marca acabada é a velocidade do progresso e a obsolescência de suas criações materiais, culturais e científicas. A resposta à pergunta pelo fôlego do último Concílio deve ser colocada dentro desses distintos ritmos históricos: possivelmente uma luta entre o lento e o acelerado. O primeiro afirma a longa duração, a mudança lenta e a conservação dos padrões do passado. O segundo cobra mudanças rápidas e aponta para a superação dos modelos de compreensão da História. É preciso, de fato, ter em mente que a Igreja católica que entre nos tempos modernos é portadora de conteúdos e métodos que reproduzem paradigmas edificados desde o mundo antigo, e que se chocam quando a disposição é para o diálogo. (PASSOS, 2014, p. 17-18).

E sua visão sobre os atuais aspectos da sociedade moderna que guiam e orientam os passos da Santa Sé em suas relações internacionais:

A sociedade moderna, estruturada a partir da centralidade do sujeito, indivíduo consciente de si, autônomo em suas ideias e decisões e capaz de agir na sociedade, criou estruturas institucionais que garantiram, ainda que de modo ambíguo, o exercício da cidadania, entendida como direito universal. É bem conhecida a história de oposição desses valores e práticas com os valores e as práticas que regeram a Igreja no decorrer da História, desde a sua inserção no Império Romano. De fato, a modernidade, embora nascida dentro da tradição judaico-cristã, adquiriu suas formas definitivas fora do espaço e da mentalidade cristãos e numa relação dialética com as Igrejas que se entendiam portadoras de uma verdade cada vez mais distinta

das verdades modernas. Nesse ponto há de reconhecer que a Igreja católica constituiu o espaço político e ideológico [...] (PASSOS, 2014, p. 37).

Portanto, o espaço político que a Santa Sé ocupa atualmente é de extrema importância nas relações internacionais, pois além de possuir uma hegemonia histórica, a mesma ainda consegue caracterizar-se como uma figura extremamente carismática, se faz presente em quase todos os organismos internacionais, bem como, procura sempre manter diálogo e contato com as outras nações. Ademais, acredito que o Vaticano passou por adaptações em sua atuação no mundo moderno que foram fundamentais para que o atual papel político deste fosse um dos maiores símbolos de popularidade, influência e reconhecimento internacional. Assim, o mesmo participa ativamente na busca pelo bem da humanidade, por um diálogo mais aberto na diversidade cultural, contribuindo positivamente na manutenção da paz entre as nações e é dotado de direito de legação, sendo considerado um ator diplomático, que possui um conjunto de organismos e/ou uma estrutura racional para lidar com assuntos e questões das suas relações exteriores.

#### 4.2 A BUSCA POR UMA APROXIMAÇÃO EFETIVA ENTRE RELIGIÃO E POLÍTICA

O Vaticano sempre esteve fortemente relacionado às ações religiosas de fé, aos de caridade envolvendo os fiéis e um significado espiritual muito grande, na mesma medida que constituía uma imagem política muito importante perante a sociedade. Logo, isso traz uma reflexão sobre a capacidade de administração e organização que a Santa Sé possui para manter os dois aspectos de forma harmoniosa, coesa e efetiva diante dos acontecimentos mais importantes na linha do tempo histórica e também na atual agenda internacional, que guia as relações exteriores dos Estados.

A respeito deste assunto, observa-se que religião e política, mesmo que dimensões totalmente diferentes, ainda se cruzam quando se trata do Vaticano, pois tais conceitos compreendem que o mesmo é uma instituição religiosa que se incorporou no campo político, como explica-se no texto:

Os símbolos religiosos têm sido inseridos em todas as questões humanas e sempre aproveitados para fins políticos. Mas os símbolos religiosos não esgotam seus significados quando são usados de maneira instrumental. Enfim, o desafio analítico maior está em reconhecer tais especializações, historicamente construídas na modernidade, sem reificar a oposição entre o político (locus da razão, da ordem pública) e religioso (locus do simbólico, da ordem da vida privada). Trata-se, antes, de apreender os efeitos da religião sobre a política e vice-versa. Em outras palavras, quando se

considera uma religião apenas como uma “força política” entre outras, sem levar em conta o simbolismo verbal e ritual que encerra, não é possível compreender o peso e o lugar da religião na política. (NOVAES, 2001, p.61).

A respeito deste equilíbrio o que se observa é a aproximação estratégica da Santa Sé entre a religião e a política. E isso não se trata de um fato contemporâneo, pois desde os primeiros passos como Estado, o Vaticano busca manter este vínculo extremamente forte e evidente, alinhando os objetivos e interesses tanto quanto figura religiosa como figura política. Para contextualizar o posicionamento do Vaticano diante desta aproximação, é importante que se compreenda os conceitos de religião e política, onde considera-se religião como um fenômeno universal do sentimento humano na busca pelo poder espiritual, mesmo que desconhecido, algo em que pudesse depositar a fé que guia a ordem natural do mundo (FERREIRA, 2012, p.33). Enquanto política é, não apenas uma forma de eleger representantes políticos, mas em seu sentido mais profundo, a política expressa uma forte relação com o conceito de poder, ou seja, é uma estrutura cuja função é de coordenar as atividades dos membros de determinada sociedade de forma que isto se caracterize no domínio de uma pessoa sobre as outras, direcionando as decisões em busca da defesa do interesse e do bem comum (FERREIRA, 2012, p. 72).

Começando por uma breve análise da atuação do Papa João Paulo II, que durou de 1978 a 2005 e representou um papel importante para o fim do comunismo na Polônia e em vários países da Europa. Devido a sua origem polonesa, iniciou sua administração soberana causando certa surpresa na comunidade internacional por ter sido o único papa não italiano até o momento, depois de um regime de quase 400 anos de papas italianos no poder. Fluente em diversos idiomas, João Paulo II se fez presente em mais de 129 países durante seu pontificado e buscou garantir a paz e o amor entre os povos, através de sua influencia para melhorar as relações entre a religião católica e outras religiões. Além disso, o pontífice contribuiu para o início do processo de atualização político-religiosa do Vaticano e nas relações com o mundo moderno, pedindo perdão pelos pecados cometidos por católico romanos e reconhecendo as injustiças e intolerância do passado contra os indivíduos não católicos.

Karol Wojtyła nasceu a 18 de Maio de 1920 em Wadowice, na Polónia meridional, onde viveu até 1938, quando se inscreveu na faculdade de filosofia da Universidade Jagelónica e se transferiu para Cracóvia. No Outono de 1940 trabalhou como operário nas minas de pedra e depois numa fábrica química. Em Outubro de 1942 entrou no seminário clandestino de

Cracóvia e a 1 de Novembro de 1946 foi ordenado sacerdote. A 4 de Julho de 1958, Pio XII nomeou-o bispo auxiliar de Cracóvia. Recebeu a ordenação episcopal a 28 de Setembro seguinte. Como lema episcopal escolheu a expressão mariana *Totustuus* de São Luís Maria Grignon de Montfort. Primeiro como auxiliar e depois, a partir de 13 de Janeiro de 1964, como arcebispo de Cracóvia, participou em todas as sessões do Concílio Vaticano II. A 26 de Junho de 1967 foi criado cardeal por Paulo VI. Em 1978 participou no conclave convocado depois da morte de Montini e no sucessivo após o inesperado falecimento de Luciani. Na tarde de 16 de Outubro, depois de oito escrutínios, foi eleito Papa. Primeiro Pontífice eslavo da história e primeiro não italiano depois de quase meio milénio, desde o tempo de Adriano VI (1522-1523). (L'OSSERVATORE ROMANO, 2014).

João Paulo também construiu ao longo de papado características positivas relacionadas à sua figura carismática, humilde, humanitária, entre outras. Para muitos, um líder religioso e soberano que lutava pelos valores humanos, pela dignidade e liberdade, conduzia a busca por justiça, defendendo os menos favorecidos, assim como lutou pela erradicação da pobreza, pela igualdade social entre os seres humanos e pela disseminação da fé religiosa como símbolo espiritual da esperança que resultou num legado duradouro de liderança e exemplo moral.

Personalidade poliédrica e carismática, afirmou-se imediatamente pela grande capacidade comunicativa e pelo estilo pastoral fora dos esquemas. A ténpera e o vigor de uma idade relativamente jovem permitiu que empreendesse uma actividade intensíssima, ritmada, sobretudo pelo multiplicar-se das visitas e das viagens: no total foram 104 internacionais e 146 na Itália, com 129 países visitados nos cinco continentes. Desde o início trabalhou para dar voz à chamada Igreja do silêncio. A insistência sobre os temas dos direitos do homem e da liberdade religiosa tornou-se assim uma constante do seu magistério. Tanto que hoje é largamente reconhecido o contributo relevante da sua acção para as vicissitudes que determinaram a queda do muro de Berlim em 1989 e o sucessivo colapso dos regimes filsoviéticos. Neste contexto provavelmente insere-se o gravíssimo episódio do atentado do qual foi vítima a 13 de Maio de 1981 por obra do turco Ali Agca. (L'OSSERVATORE ROMANO, 2014).

Seguindo a linha do tempo, logo após o falecimento do Papa João Paulo II, assume o Papa Bento XVI de 2005 a 2013 e tão breve quanto o seu pontificado é a sua relevância para a compreensão da aproximação entre religião e política, visto que o mesmo anunciou sua renúncia ao papado em 11 de Fevereiro de 2013 e deixou o cargo em 28 de Fevereiro do mesmo ano, alegando que não tinha mais forças, devido sua idade avançada, conforme cita um trecho da Carta onde o Papa Bento XVI declara sua renúncia, divulgada no site do Vaticano, na sessão de discursos do pontífice supracitado:

Caríssimos Irmãos, convoquei-vos para este Consistório não só por causa das três canonizações, mas também para vos comunicar uma decisão de

grande importância para a vida da Igreja. Depois de ter examinado repetidamente a minha consciência diante de Deus, cheguei à certeza de que as minhas forças, devido à idade avançada, já não são idóneas para exercer adequadamente o ministério petrino. Estou bem consciente de que este ministério, pela sua essência espiritual, deve ser cumprido não só com as obras e com as palavras, mas também e igualmente sofrendo e rezando. [...] (BENTO XVI, 2013).

Após a renúncia, o Papa Francisco, atual pontífice do Vaticano, foi eleito o Papa sucessor e é ele o responsável por grande parte do processo de atualização da Santa Sé. Um líder que vem causando certa polêmica a respeito das modificações e transformações as quais o Vaticano vem passando. Idealizador de um pensamento renovador, o Papa realizou uma série de mudanças na forma de gerir o Vaticano, utilizando suas prerrogativas como chefe de estado, estabeleceu novas metas e objetivos e está traçando um novo caminho para o Vaticano.

[...] Evidentemente, na condição de Papa, Francisco exerce um poder por natureza tradicional. E é somente dentro desse limite que se pode pensar em sua personalidade e autoridade carismáticas. O Papa Francisco ainda vive um tempo de incubação do novo, de um carisma não rotinizado e que continua prometendo mudanças efetivas na organização institucional da igreja Católica. (PASSOS, 2014, p. 1387).

Diante da análise estabelecida anteriormente, os últimos três pontificados, principalmente os papados de João Paulo II e de Francisco, são a forma mais clara de se identificar características de uma reforma política e principalmente diplomática da Igreja Católica, utilizando ferramentas e recursos cada vez mais próximos da atualidade devido as diversas transformações ocorridas no mundo com o passar dos anos.

O século XX foi muito intenso para a história da Igreja Católica, que marcada pelo surgimento de muitas as inovações e transformações influenciadas pelo crescimento de outras religiões, os papas tentaram se modernizar para chegar a manter uma aproximação com o povo, bem como de continuar sua representatividade no sistema internacional. Mas foi na década de 1960, que um novo movimento religioso ganhou força no interior das Igrejas Católicas da América Latina: a Teologia da Libertação.

A Teologia da Libertação é um movimento apartidário que interpreta os ensinamentos de Jesus Cristo como libertadores de injustas condições sociais, políticas e econômicas e embora tal teologia não seja vinculada a nenhum partido político, a mesma busca influenciar a política em termos de uma libertação das opressões econômicas, políticas ou sociais, propondo assim o nascimento de novas comunidades cristãs, baseando-se na interpretação

eclesiástica da realidade da pobreza e da exclusão a partir dos ideais marxistas. No entanto, a influência da teologia da libertação desde os anos 90 sofreu um forte declínio devido ao envelhecimento de suas lideranças, e a falta de participação das recentes gerações nesse movimento. Além disso, diminuiu após seus autores serem condenados pela Congregação para a Doutrina da Fé, onde a Santa Sé condenou os principais fundamentos da teologia da libertação.

"O uso do marxismo na Teologia da Libertação possui fundamentação histórica e epistemológica. A primeira refere-se à ligação existente entre marxistas e cristãos na América Latina no bojo das lutas populares no confronto com os regimes totalitários que cometeram violência e opressão. A segunda diz respeito a necessidade de toda teologia de utilizar uma determinada mediação filosófica ou científica. A Teologia da Libertação não se apropriou do marxismo materialista dialético que absolutiza a matéria e nega a misericórdia de Deus. A influência de Marx no complexo teológico libertador é a de um Marx humanista, não dogmático, enquanto crítico social que ajuda a analisar com profundidade a sociedade para poder transformá-la e, no caso da interpretação cristã, de acordo com valores da fé." (GONÇALVES, 2000, p. 153-154)

E no intuito de analisar e contextualizar a linha de atuação dos pontífices relacionando com o acontecimento da Teologia da Libertação e no que isso influenciou na posição dos Papas João Paulo II, Bento XVI e Francisco, faz-se necessário expor a posição de ambos referente ao tema e em como isso demonstra suas características políticas, seus ideais e de que forma o conservadorismo aparece nestes aspectos.

Para o Papa João Paulo II, a teologia foi contrária a missão espiritual da Igreja e que a ideologia marxista, que fundamentava a Teologia da libertação partia de um sistema antirreligioso e que por isso, os líderes que apoiavam a teologia deveriam ser substituídos, pois o mesmo acreditava que os protestos não deveriam ser aceitos e somente ouvia aqueles que pensavam como ele e não contrários aos seus ideais. Assim como o Papa Bento XVI que condenava a teologia e afirmava que a tal era errada, visto que o mesmo acreditava que a teologia em questão conduzia a politização da Igreja como inconciliável com a fé. Ademais, o Papa Bento XVI convocou um dos disseminadores dos ideais da teologia da libertação para que o mesmo comparecesse ao Vaticano e assim determinou que o mesmo parasse de palestrar sobre o assunto e evitasse causar maiores polêmicas e divulgação sobre a teologia.

Para ambos, os adeptos da teologia da libertação têm a enganosa mania de pensar que quem não aceita esta teologia não trabalha pelos pobres e oprimidos e não se preocupa com eles; se acham os únicos defensores dos excluídos; o que é um grande erro de acordo com a visão dos pontífices, visto que para eles, a Igreja em seus 2000 anos de vida sempre socorreu

os desvalidos e que também defende os direitos humanos. E recusam-se a aceitar a teologia da libertação alegando que a Igreja não pode estimular, inspirar ou apoiar as iniciativas ou movimentos que pregavam perspectivas desvirtuadas do que eles consideravam de verdadeiro significado espiritual e religioso, bem como acreditam que a Igreja não precisa que novos teólogos a ensinem a fazer caridade e que ocorre na verdade, uma distorção dos valores e do papel da Santa Sé na comunidade, buscando expor fundamentos que de certa forma, visam denegrir a imagem da Igreja Católica por meio de errôneas interpretações sobre o que seria a libertação.

Os rumos políticos ideológicos dos dois anteriores pontificados mudaram um pouco com o surgimento do Papa Francisco, visto que embora o mesmo não tenha admitido que seja um adepto da teologia da libertação, especula-se que pelo fato do mesmo provir da América Latina, seus posicionamentos sejam contrários a luta de seus antecessores referente à teologia da libertação. No entanto, o que o Papa Francisco expõe em muitos de seus pronunciamentos e discursos é que a importância não está na “teologia” da libertação e sim na libertação dos oprimidos, dos pobres e injustiçados, trazendo aos olhos da sociedade uma nova perspectiva sobre sua figura pública e de sua análise política e religiosa sobre a dimensão de tal teologia e de que forma sua repercussão poderá ser interpretada.

O Papa Francisco exerce, de forma natural, uma permanente forma de demonstração de solidariedade e simplicidade. Neste sentido, o mesmo deixa claro sua opção pela defesa dos pobres, sua luta contra a pobreza e a favor da vida e da justiça, no entanto não menciona em momento algum que compartilha dos ideais marxistas e por mais que não se utilize a expressão “teologia da libertação” fica evidente que o atual Papa fala e age com empatia e solidariedade. E justamente por não se definir como um teólogo e sim como um temente a Deus e com fé na humanidade que este é mais livre para falar a partir do evangelho, de sua inteligência emocional e espiritual, em sintonia com o mundo contemporâneo sem que se comprometa com visões conservadoras. (BOFF, 2013).

#### 4.3 O PROJETO DE ATUALIZAÇÃO DIPLOMÁTICA DO VATICANO

Dando continuidade ao tema e demonstrando a relação entre ambos, ao entrar na questão referente ao projeto de atualização diplomática do Vaticano, é de extrema importância que se dedique um espaço para um dos atores mais relevantes para o entendimento do processo de renovação da Santa Sé, o atual Papa Francisco.

Nascido em Buenos Aires, capital da Argentina, em 17 de dezembro de 1936, Jorge Mario Bergoglio estudou Farmácia em sua adolescência antes de encontrar sua vocação para a vida religiosa. cursou o seminário em Villa Devoto e entrou para a Companhia de Jesus aos 19 anos de idade. Estudou Teologia e Filosofia na Universidade de San Miguel simultaneamente à sua ordenação como padre. Em 1997, foi elevado a arcebispo e passou a chefiar a arquidiocese de Buenos Aires. Seu trabalho foi reconhecido pelo Papa João Paulo II que o nomeou cardeal em 2001 e foi eleito papa pelo conclave no dia 13 de março de 2013 para ser o sucessor do Papa Bento XVI.

O poder de tipo carismático legitima-se no dom extraordinário de uma personalidade; sustenta-se e exercita-se no campo da adesão emocional ou religiosa de um grupo que busca usufruir de seus benefícios, dispensando tanto a regra do fundamento do passado (autoridade tradicional), já que se apresenta como ruptura, quanto às regras racionais objetivas, já que se define pelo extraordinário e pelo pessoal. [...] A partir dessas características não é difícil afirmar e reconhecer que certas pessoas são dotadas de carismas, sobretudo aquelas lideranças que se apresentam com projetos renovadores que rompem com a rotina da história e entram em choque com o que se encontra socialmente estabelecido. Mas, em que sentido se pode falar em poder carismático do Papa Francisco? Como já foi dito, o carisma de Francisco não se trata de um poder carismático no sentido próprio designado por Weber, o que exigiria uma postura de ruptura com a tradição e, por conseguinte, começaria pela negação do próprio papado. De fato, o papado pode ser visto como um modelo emblemático de poder tradicional, herança legítima da sucessão apostólica destinada a guardar o carisma original do cristianismo; um fato emblemático de carisma institucionalizado e burocratizado. (PASSOS, 2014, p. 1388-1389).

Considerado por muitos um pontífice que está sempre disponível às pessoas, o Papa Francisco, trata os assuntos com clareza e transparência em temas que até então não eram abordados publicamente pela Igreja, como a homossexualidade. Humilde e de forte simplicidade, o atual pontífice se coloca em igualdade com os indivíduos que o seguem e com outros líderes mundiais. Além disso, demonstra uma inquestionável personalidade carismática, bem como, busca a plena adequação do discurso à realidade, inspirando e motivando a sociedade a reverem seus valores e condutas, propiciando a mudança, a evolução, aumentando assim, a admiração e a confiança que as pessoas depositam nele.

O perfil do novo Papa o situava mais na linha da ruptura do que da continuidade dos padrões usuais da função. O extraordinário se mostrou em sua simplicidade, transparência e coragem desde que fez suas primeiras aparições e declarações. E não tardou apresentar-se como aquele que veio com a missão de reformar a Igreja. Os traços carismáticos se tornaram sempre mais visíveis e assumidos por Francisco dentro dos enquadramentos institucionais inerentes à função papado. (PASSOS, 2014, p. 1392).

O papel do Papa Francisco se torna fundamental a partir do momento em que assume o pontificado, causando surpresa em todo cenário internacional, visto que já inicia mudando os rumos políticos do Vaticano, sendo o primeiro Papa latino americano na história e descentralizando ainda mais o poder da Itália, envolvendo os países da América do Sul na dinâmica política de espaço e representatividade da Igreja Católica, marcando um período de direcionamento da política externa da Santa Sé.

Com o propósito de manter a continuidade do processo de atualização da diplomacia do Vaticano, o atual Papa utiliza-se de novas ferramentas e meios de comunicação que possibilitaram sua aproximação com a comunidade internacional e mostrando que a Santa Sé enquanto figura política da Igreja Católica consegue se adaptar aos novos mecanismos de exposição midiáticos e de posicionamentos por meio das redes sociais. Tal fato foi considerado histórico e de forte estratégia do pontífice para atingir as grandes massas e disseminar ainda mais as alterações que o Vaticano vem sofrendo, como uma forma de se comunicar com maior facilidade com o público e manter ainda mais o sentimento de confiança e admiração que a sociedade possui pelo mesmo, conforme o autor Valdecir Bressani elucida em seu texto “O Papa no Twitter e os desafios da atuação da Igreja Católica junto às Redes sociais digitais”:

Na data de 12 de dezembro de 2012 Bento XVI foi o primeiro papa a fazer uso de uma rede social na internet. Com a conta @pontifex em oito idiomas o Papa lançou um novo desafio para a Igreja Católica: estar presente nas redes sociais e compreender que a internet não é um simples instrumento, mas um lugar, um ambiente a ser habitado. Hoje a conta, continuada por seu sucessor Papa Francisco, superou os oito milhões de seguidores. O pensamento comunicacional da Igreja vem passando por um processo de reelaboração desde a metade do século XX, sendo a Igreja atualmente desafiada a compreender a internet não como uma realidade paralela, separada do cotidiano e sim como espaço antropológico interconectado, um ambiente cultural, que abriga elementos novos de uma nova cultura e exige uma atitude de presença dialogante.[...] A Comunicação sempre foi um elemento importante a ser contemplado na história das religiões; é um dos fenômenos mais importantes dos séculos XX e XXI e atinge diretamente a Igreja Católica em sua Constituição e Missão. Entre os muitos desafios está a construção de uma linguagem adequada, e uma mudança de mentalidade quanto ao uso dos meios de comunicação e o diálogo com a nova cultura midiática. (BRESSANI, 2013).

As redes sociais neste contexto demonstram uma imagem clara de que o atual Papa está caminhando conforme a evolução dos meios de comunicação e que dispensa a tradição quando o assunto é declarar seus posicionamentos e anunciar os novos caminhos que o

Vaticano está trilhando, pois é através delas que o Papa Francisco vem surpreendendo o mundo com suas mensagens motivacionais e que buscam espalhar o amor, a paz, a compreensão e o diálogo entre os povos, bem como a união da humanidade através das ferramentas de comunicação que a humanidade possui.

A atitude dos Papas Bento XVI e Francisco em utilizarem uma rede social, deve ser entendida dentro de um processo de construção e mudança do pensamento da Igreja Católica em relação aos meios de Comunicação. Desde a metade do século XX constata-se o esforço em superar a antiga compreensão que entendia os Meios de Comunicação como nocivos à pessoa humana e meros deturpadores dos valores humanos e cristãos, para uma visão mais positiva em relação aos mesmos, não negando suas limitações e distorções. (BRESSANI, 2013).

Com mais de 3,3 milhões de seguidores no Instagram, 624 mil seguidores no Facebook e 2,4 milhões de seguidores no Twitter, o Sumo Pontífice Francisco dissemina o poder das imagens como instrumento de união dos povos e demonstra que a utilização das novas tecnologias para passar mensagens é um recurso extremamente importante para a contribuição da renovação diplomática do Vaticano, como instrumento comunicador na atualidade. No intuito de exemplificar a atuação midiática do Papa Francisco nas redes sociais, observa-se uma mensagem do mesmo em sua página oficial no Twitter: “Se cada um de nós, todos os dias, faz uma obra de misericórdia, haverá uma revolução no mundo”. (PAPA FRANCISCO, 2016).

A respeito deste assunto, a Rádio Vaticano entrevistou a professora Chiara Giaccardi, docente de sociologia e antropologia da mídia da Universidade Católica de Milão, sobre a importância das redes sociais e o papel que a Igreja pode ter nesses novos ambientes digitais e em trechos da entrevista, a especialista explica:

“Faz nos ver o que significa habitar esses espaços, que não quer dizer usar as redes sociais como pequenos púlpitos de onde poder esbravejar: de fato, alguns sacerdotes usam as redes assim e isso realmente dá uma impressão que destoa um pouco, porque não é esse o modo de habitar nesses territórios. Enquanto, ao contrário, os tuites, inclusive do Papa, do “Pontifex”, é uma voz que repercute, que humaniza um ambiente e que repercute também além dos círculos das pessoas que frequentam a Igreja. Muitos dos seus tuites são simplesmente “rezem por mim”, por exemplo, então, um pedido de proximidade; ou, afirmações que se referem à terra, ao bem comum, coisas que podem ser compartilhadas também por pessoas que talvez por outros motivos estão longe. Esse criar pontes, esse convergir em direção a objetivos que são de todos, que não são movidos contra aqueles dos outros: essa acredito que seja uma presença realmente incisiva, realmente fundamental e realmente capaz, então, de superar aqueles muros que depois criam

desumanidade no final, que empobrecem o nosso ambiente cultural e também aquele social.” (RADIO VATICANO, 2016).

Compreende-se então, que o Papa Francisco procura demonstrar cada vez mais suas habilidades como mediador na manutenção da paz, como nas intervenções em Cuba e com o líder da Autoridade Palestina, assim como a pré-disposição do mesmo ao inserir-se cada vez mais em assuntos latino-americanos para a consolidação da atual política externa da Santa Sé, recuperando assim seu papel de contenção nas crises futuras, algo que para a Igreja atualmente, impulsiona a busca junto a uma política internacional mais ativa que assume reivindicações populares, contra a desigualdade, apoiando causas justas tem levado muitos a olhar para a possibilidade de mudanças em todo o mundo e representando as causas nos países em desenvolvimento, conforme mensagem do Pontífice Francisco em um dos tweets “Em um mundo atingido pelo vírus da indiferença, as obras de misericórdia são o melhor antídoto.” (PAPA FRANCISCO, 2016) ou até mesmo quando o mesmo se refere aos acontecimentos mais importantes do mundo, quando como o Papa Francisco se pronunciou em um outro tweet a respeito das Olimpíadas e Paraolimpíadas que aconteceram em Agosto e Setembro deste ano no Brasil: “Felicitações aos atletas de #Rio2016! Sejam sempre mensageiros de fraternidade e de autêntico espírito esportivo.” e “Uma saudação a todas as atletas e os atletas participantes nas Paraolimpíadas: que o esporte seja ocasião de crescimento e de amizade.” (PAPA FRANCISCO, 2016).

Para compreender a transformação deste processo de atualização do Vaticano, deve-se analisar que o atual pontífice, Papa Francisco, assim como seu sucessor, o Papa Bento XVI buscaram restaurar a Igreja a legitimidade da sua autoridade moral, perdida após um conturbado período de polêmicas que o Vaticano enfrentava de denúncias de abuso sexual, bem como os escândalos de corrupção do banco do Vaticano, pois, naquela época o Vaticano era alvo de diversas descobertas de relatos de casos de pedofilia com menores que frequentavam as comunidades religiosas, praticados por sacerdotes de várias regiões do mundo. Só nos Estados Unidos, em uma investigação de 6 meses, a arquidiocese de Boston reconheceu cerca de 789 vítimas de abuso sexual que acusavam 237 sacerdotes da região. Muitos destes e de outros processos foram arquivados, alguns sacerdotes se demitiram, outros foram afastados ou presos e diante de tais polêmicas, foram feitos inúmeros acordos financeiros de centenas de milhões de dólares para que as vítimas e seus familiares fossem indenizados.

Os casos se tornaram notícia no mundo todo, manchando a imagem da Igreja Católica que já havia sido abalada também pelos escândalos de corrupção e má gestão financeira e administrativa no Vaticano através do uso de doações para manter o estilo de vida luxuoso de cardeais que só viajam em primeira classe, despesas com roupas caras e exclusivas, móveis, entre outros e cerca de 400 milhões de euros de doações provenientes de todo o mundo teriam sido desviados do "Óbolo de São Pedro", bem como devido à má gestão das finanças vaticanas, foram registradas perdas por diferenças no inventário e "buracos" de até 700 mil euros no balanço dos gastos do Vaticano.

Muitos destes fatos, além do forte descontentamento de alguns cardeais importantes com a atuação do Papa Bento XVI, fizeram com que o mesmo renunciasse ao cargo de pontífice do Vaticano na época. No entanto, com o propósito de melhorar a imagem do Vaticano perante a comunidade internacional, surge o Papa Francisco, que logo no começo de seu pontificado estabeleceu alterações e reformas ao sistema financeiro e administrativo do Vaticano. Além disso, os gestos de humildade e o estilo simples que o atual papa leva, demonstra que o mesmo veio para mudar os rumos que a Igreja Católica seguia, proferindo declarações de pedidos de desculpa a sociedade pelos casos de abusos sexuais e se posicionou contra a tais atos.

Desta forma, a figura pública do Vaticano está voltando a ser novamente reconhecida como uma Instituição respeitada e este processo se dá não somente pela superação da fase obscura que o Vaticano vinha enfrentando, como também na forma com que o Papa Francisco conseguiu abrir a possibilidade de repensar algumas questões, mesmo mantendo os valores fundamentais, inspirando a reconciliação da Igreja com o estilo de vida atual. E ao analisar o fenômeno Francisco, nota-se que seu simbolismo é tão forte, que realmente demonstra o curso de uma revolução na relação da Igreja Católica com a sociedade moderna e incentiva a constante evolução e o progresso em termos sociais e faz o exercício permanente de provocar uma reflexão sobre os ideais religiosos e políticos do Vaticano perante a comunidade internacional, como em seus pronunciamentos de abertura da Igreja aos homossexuais, no incentivo a maior participação feminina e defesa das mulheres, apoio a tecnologia e utilização de mídias, união e respeito entre os povos e maior aproximação entre as religiões, como disse em outros tweets: "O diálogo ecumênico e inter-religioso não é um luxo, mas é algo de que o mundo, ferido por conflitos e divisões, precisa sempre mais" "Uma sociedade com culturas diferentes deve buscar a unidade no respeito" e "Aos gestos de ódio e destruição respondamos com gestos de bondade. Vivemos em sociedade com diversas culturas e religiões, mas somos irmãos" (PAPA FRANCISCO, 2016).

Portanto, atualização do processo diplomático da Igreja Católica conta agora com maior liberdade de expressão proporcionada pela internet e outros meios de comunicação para disseminar a renovação de seus princípios, bem como nas transformações organizacionais, adaptando-se a uma mudança verdadeira para estabelecer uma linguagem comum com o mundo atual e garantir, mesmo na atualidade, toda a força, representatividade e influência do Vaticano no cenário internacional utilizando-se de meios e ideais cada vez mais inovadores.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

No contexto histórico identifica-se que a Igreja Católica consolidou-se como poder quando iniciou a formação da Cidade Estado do Vaticano de forma diplomática, visto que já se exercia o diálogo entre os líderes políticos das regiões pertinentes ao contexto da área de atuação da Igreja Católica naquela época, com o intuito de alinhar os objetivos e estabelecer uma aproximação entre eles, assegurando o espaço e representatividade de cada um perante a sociedade. Desta forma, através do Tratado de Latrão, foi possível que a Santa Sé garantisse seu território e disseminasse seu poder como país soberano, transformando-se em uma grande instituição política e diplomaticamente reconhecida e respeitada por todos os outros países do mundo.

Considerado um país independente, o Vaticano é capaz de conduzir suas próprias políticas internas, externas, inserir-se em assuntos econômicos, culturais, e principalmente, pelo fato de buscar se firmar ativamente diante das mais diversas organizações internacionais, podendo defender os seus interesses e se posicionar sobre os temas e discussões referentes aos assuntos da agenda internacional. Ademais, sua imagem carismática, solidária e muitas vezes, imparcial perante aos assuntos da agenda internacional, possibilita que o mesmo tenha autonomia nas relações internacionais com outros Estados e maior facilidade em estabelecer um diálogo mais aberto com e de proporcionar que sua política externa seja cada vez mais reconhecida e influencie em aspectos políticos no cenário internacional.

Atualmente, o Vaticano possui muito mais do que apenas um legado de anos de história construindo um império religioso grandioso e extremamente relevante para a humanidade, mas também a de um polo de poder político e atuante nas relações internacionais, construído principalmente pelos últimos três pontificados, principalmente os papados de João Paulo II e de Francisco, são a forma mais clara de se identificar características de uma reforma política e principalmente diplomática da Igreja Católica, utilizando ferramentas e recursos cada vez mais próximos da atualidade, conduzindo sua hegemonia conforme as transições dos períodos históricos e enfrentando de forma sabia os desafios do mundo contemporâneo, mantendo-se assim, fortemente presente na atualidade e ainda como foco midiático e de importante influência internacional.

De acordo com os aspectos que foram expostos neste trabalho, pode-se compreender melhor a construção do significado político desta instituição milenar, a começar pela diferenciação da Cidade Estada do Vaticano, representado como país soberano e da Santa Sé como figura política que simboliza a organização da estrutura do Vaticano e é ela que da vida

aos organismos administrativos, financeiros, diplomáticos, entre muitos outros que direcionam, controlam e gerenciam os serviços que são realizados dentro do Vaticano. Além disso, é a Santa Sé que possui papel fundamental na elaboração estratégia política do Vaticano que busca favorecer a estabilidade nas relações bilaterais e multilaterais; se mostra silenciosa e observadora, para a menor exposição possível para a imagem da instituição; procura reforçar e alinhar-se sempre a imagem da Igreja Católica; visa consolidar e garantir espaço interno dos Estados e no plano mundial, o maior grau possível de influência e de aceitação das propostas da Igreja e não a conquista de poder político direto.

O Vaticano também demonstra uma forte habilidade como articulador na atuação do intermédio em conflitos políticos. E desta forma, demonstra que o funcionamento seguro de sua Instituição possibilita maior credibilidade diante da comunidade internacional e expõe sua forma de atuação em órgãos internacionais, onde mesmo que como observador, representa o pensamento ora conservador, ora na defesa dos direitos humanos, incentivando maior igualdade nos acordos comerciais entre os países. Mesmo que os escândalos nos casos de corrupção e esquemas de desvio de dinheiro de doações, tenham contrariado a figura correta e ética que o Vaticano tenta transparecer, o mesmo busca se posicionar da forma imparcial e impulsiona a flexibilidade em seus pronunciamentos, mantendo diálogos com nações fortes, líderes políticos relevantes que possibilitam boas cooperações, bem como, no contato com países menos favorecidos, disseminando ainda mais sua figura solidária e assim, preservar sua política e diplomacia, seu legado histórico e relevante, levando ao mesmo tempo, uma esperança de renovação de ideais contemporâneos numa releitura extraordinária do mundo, incentivando a união dos povos, o respeito à vida humana e a consolidação de um poder consagrado e aclamado e que possui prestígio e respeito por toda a comunidade internacional.

Portanto, o presente estudo expõe conteúdos devidamente articulados e desenvolvidos de forma coerente com os objetivos do trabalho para que fosse possível contribuir positivamente para a ampliação da compreensão de que a Igreja Católica, representada politicamente pelo Vaticano, é uma instituição de posições fixas e dogmáticas e isso não impede que a mesma consiga se relacionar diplomaticamente com outros Estados, bem como diante da comunidade internacional, pois como se deve observar, as mais diversas nações estabelecem acordos políticos e buscam apoio e legitimidade justamente em suas posições e na conquista por ter o seu espaço reconhecido. E com isso, sua autonomia e relevância no sistema internacional contribuem para a disseminação de sua autonomia e representatividade nas mais diversas organizações internacionais, ganhando cada vez mais espaço e

reconhecimento nas relações internacionais. Ademais, o Vaticano construiu ao longo dos anos, não somente um vasto patrimônio cultural, uma economia consolidada e estável, relações políticas harmoniosas, mas também uma imagem de protagonismo e destaque histórico de poder religioso político e diplomático de forte relevância internacional.

## REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Fernando A.S. A política e a organização do Vaticano. **Problemas – Revista Mensal de Cultura Política**, Nº 17, Jul. 2008. Disponível em: <[https://www.marxists.org/portugues/tematica/rev\\_prob/17/vaticano.htm](https://www.marxists.org/portugues/tematica/rev_prob/17/vaticano.htm)>. Acesso em: 3 out. 2016.

AZEVEDO, Dermi. A Igreja Católica e seu papel político no Brasil. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 18, n. 52, p. 109-120, Dec. 2004. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-40142004000300009](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142004000300009)>. Acesso em: 16 abr. 2016.

BENTO XVI, Papa. **Declaratio**. Vatican, 2013. Disponível em: <[http://w2.vatican.va/content/benedict-xvi/pt/speeches/2013/february/documents/hf\\_ben-xvi\\_spe\\_20130211\\_declaratio.html](http://w2.vatican.va/content/benedict-xvi/pt/speeches/2013/february/documents/hf_ben-xvi_spe_20130211_declaratio.html)>. Acesso em: 22 out. 2016.

BOFF, Leonardo. **Papa Francisco e a Teologia da libertação**, 2013. Disponível em: <https://leonardoboff.wordpress.com/2013/04/26/papa-francisco-e-a-teologia-da-libertacao/>. Acesso em: 6 nov. 2016.

BRAZ TEIXEIRA, Madalena. Dos Museus do Vaticano aos Parques de Museus. **Cadernos de Sociomuseologia**, [S.l.], n. 41, feb. 2012. ISSN 1646-3714. Disponível em: <<http://revistas.ulusofona.pt/index.php/cadernosociomuseologia/article/view/2650>>. Acesso em: 14 out. 2016.

BRESSANI, Valdecir. O Papa no Twitter e os desafios da atuação da Igreja Católica junto às Redes sociais digitais, 2013. **Eixo Temático Redes Sociais na Internet e Sociabilidade online no VII Simpósio Nacional ABCiber – 2013**. Disponível em: <[http://www.abciber.org.br/simposio2013/anais/pdf/Eixo\\_7\\_Red\\_Sociais\\_na\\_Internet\\_e\\_Sociabilidade\\_online/25580arq77311230900.pdf](http://www.abciber.org.br/simposio2013/anais/pdf/Eixo_7_Red_Sociais_na_Internet_e_Sociabilidade_online/25580arq77311230900.pdf)>. Acesso em: 12 nov. 2016.

CAMACHO, Santiago. **Biografía no autorizada del Vaticano Nazismo**, Finanzas Secretas, Mafia, Diplomacia oculta y crímenes em La Santa Sede. Ediciones Martínez Roca, S.A. Madrid, 2005. Disponível em: <[http://www.yugopedia.org/wiki/\(S\(e4qdpe45ocato0e5c3j2md2o\)\)/GetFile.aspx?File=biografia-no-autorizada-del-vaticano-santiago-camacho.pdf](http://www.yugopedia.org/wiki/(S(e4qdpe45ocato0e5c3j2md2o))/GetFile.aspx?File=biografia-no-autorizada-del-vaticano-santiago-camacho.pdf)>. Acesso em: 5 nov. 2016.

CARDINALE, Iginio. **Diplomacia pontificia**. Editorial Rialp. GranEnciclopediaRialp, 1991. Disponível em: <[http://www.mercaba.org/Rialp/D/diplomacia\\_pontificia.htm](http://www.mercaba.org/Rialp/D/diplomacia_pontificia.htm)>. Acesso em: 8 set. 2016.

CARLETTI, Anna. **O Internacionalismo Vaticano e a Nova Ordem Mundial**, 2012. Fundação Alexandre de Gusmão Ministério das Relações Exteriores Esplanada dos Ministérios, Brasília – DF. Disponível em: <[http://funag.gov.br/loja/index.php?route=product%2Fproduct&product\\_id=133&search=vaticano](http://funag.gov.br/loja/index.php?route=product%2Fproduct&product_id=133&search=vaticano)>. Acesso em: 23 set. 2016.

CARLETTI, Anna. **A diplomacia da Santa Sé: Suas origens e relevância no atual cenário internacional**, 2010. Disponível em:

<[http://biblioteca.unilasalle.edu.br/docs\\_online/artigos/dialogo/Aguardando\\_liberacao\\_direitos\\_autorais/2010\\_n16/acarletti.pdf](http://biblioteca.unilasalle.edu.br/docs_online/artigos/dialogo/Aguardando_liberacao_direitos_autorais/2010_n16/acarletti.pdf)>. Acesso em: 23 abr. 2016.

CHADE, Jamil. **Vaticano ataca acordos comerciais propostos por EUA e Europa**, 2013. ESTADÃO. Disponível em: <<http://internacional.estadao.com.br/blogs/jamil-chade/vaticano-ataca-acordos-comerciais-propostos-por-eua-e-europa/>>. Acesso em: 26 out. 2016.

COUTO, Sergio Pereira. **Os arquivos secretos do Vaticano**: da Inquisição à renúncia de Bento XVI, os mistérios e os segredos trancados no maior acervo religioso do mundo. Editora Gutenberg LTDA. São Paulo/SP, 2013. Disponível em: <<http://zip.net/bytxX5>>. Acesso em: 14 out. 2016.

DOUTHAT, Ross. A crisis of Conservative Catholicism. **First Things**, c2016. Disponível em: <<https://www.firstthings.com/article/2016/01/a-crisis-of-conservative-catholicism>>. Acesso em: 27 out. 2016.

ESTADO DE LA CIUDAD DEL VATICANO, **oficina de información diplomática**, 2016. Disponível em: <[http://www.exteriores.gob.es/Documents/FichasPais/SANTASEDE\\_FICHA%20PAIS.pdf](http://www.exteriores.gob.es/Documents/FichasPais/SANTASEDE_FICHA%20PAIS.pdf)>. Acesso em: 24 ago. 2016.

FERREIRA, Vicente Luiz Simões. **Religião e Política**. Análise histórico-crítica das relações de poder entre o campesinato judaíta a classe sacerdotal jerusolimitana no período pós-exílico. 2012, Universidade de Humanidades e Direito. Programa de Pós-graduação em Ciências da Religião. São Bernardo do Campo, SP. Disponível em: <[http://ibict.metodista.br/tedeSimplificado/tde\\_arquivos/6/TDE-2012-12-04T143016Z-1174/Publico/Vicente%20L%20S%20Ferreira.pdf](http://ibict.metodista.br/tedeSimplificado/tde_arquivos/6/TDE-2012-12-04T143016Z-1174/Publico/Vicente%20L%20S%20Ferreira.pdf)>. Acesso em: 22 out. 2016.

FILHO, Antonio Porfiro. **A Santa Sé como pessoa jurídica de direito internacional**, 2010. Jurisway Sistema Educacional Online. Disponível em: <[http://www.jurisway.org.br/v2/dhall.asp?id\\_dh=4459](http://www.jurisway.org.br/v2/dhall.asp?id_dh=4459)>. Acesso em: 12 out. 2016.

FRANCISCO, Papa. **Twitter**. Disponível em: <[https://twitter.com/Pontifex\\_pt/status/775295440468062208?lang=pt](https://twitter.com/Pontifex_pt/status/775295440468062208?lang=pt)>. Acesso em: 16 nov. 2016.

GONÇALVES, Pe. Dr. Paulo Sérgio Lopes. **Epistemologia e Método do Projeto Sistemático da teologia da Libertação**; REB 237 Vozes; 2000. Disponível em: <[http://www.inicepg.univap.br/cd/INIC\\_2006/inic/inic/05/INIC0000960%20ok.pdf](http://www.inicepg.univap.br/cd/INIC_2006/inic/inic/05/INIC0000960%20ok.pdf)>. Acesso em: 17 nov. 2016.

KUNG, Hans. **Para que um ethos mundial? Religião e ética em tempos de globalização**. Edições Loyola, São Paulo, Brasil, 2005. Disponível em: <<http://zip.net/bytxX9>>. Acesso em: 5 nov. 2016.

LIBANIO, João Batista. **Igreja Contemporânea – Encontro com a modernidade**. Edições Loyola, São Paulo – SP. Maio 2002. Disponível em: <<http://zip.net/bmtxpk>>. Acesso em: 5 nov. 2016.

L'OSSERVATORE ROMANO, ed. em português, n. 18 de 3 de maio de 2014. Disponível em: <[http://www.vatican.va/special/canonizzazione-7042014/documents/biografia\\_gpII\\_canonizzazione\\_po.html](http://www.vatican.va/special/canonizzazione-7042014/documents/biografia_gpII_canonizzazione_po.html)>. Acesso em: 12 out. 2016.

MARTIN, Bishop Diarmuid. **Pontifical Concil for justice and peace**. Trade, development and the fight against poverty, 1999. Disponível em: <[http://www.vatican.va/roman\\_curia/pontifical\\_councils/justpeace/documents/rc\\_pc\\_justpeace\\_doc\\_19991118\\_trade-devel\\_en.html](http://www.vatican.va/roman_curia/pontifical_councils/justpeace/documents/rc_pc_justpeace_doc_19991118_trade-devel_en.html)>. Acesso em: 22 set. 2016.

MOREIRA, Enedir Gonçalves. **Diálogo entre as culturas para uma civilização de amor e da paz**. Libreria Editrice Vaticana: Cidade do Vaticano, 2001.

NOVAES, Regina Reyes. A divina política - Notas sobre as relações delicadas entre religião e política. **REVISTA USP**, São Paulo, n.49, p. 60-81, 2001. Disponível em: <<file:///C:/Users/Silvia/Downloads/32908-38493-1-SM.pdf>>. Acesso em: 22 out. 2016.

PASSOS, João Décio. Os limites do carisma na instituição tradicional: reflexões sobre as reformas do Papa Francisco em chave weberiana. **Horizonte, Belo Horizonte**, v.12, n 36, p. 1384-1407, 2014 – ISSN 2175-5841. Disponível em: <<http://periodicos.pucminas.br/index.php/horizonte/article/view/P.2175-5841.2014v12n36p1384/7533>>. Acesso em: 5 nov 2016.

PASSOS, João Décio. **Concílio Vaticano II: Reflexões sobre um carisma em curso**, 2014. Editora Paulus. Disponível em: <<http://zip.net/bstxKX>>. Acesso em: 24 set. 2016.

PORTILHO, Ana Cláudia. O ator santa sé na política internacional moderna. **3º ENCONTRO NACIONAL ABRI 2001**. Associação Brasileira de Relações Internacionais Instituto de Relações Internacionais – USP. São Paulo, SP, 2011. Disponível em: [http://www.proceedings.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=MSC000000122011000100013&lng=en&nrm=abn](http://www.proceedings.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=MSC000000122011000100013&lng=en&nrm=abn). Acesso em: 16 abr. 2016.

PULLELLA, Philip; HENEGHAN, Tom. **Three years on, pope leaves Catholic conservatives feeling marginalized**. 2016. Disponível em: <<http://www.reuters.com/article/us-pope-anniversary-conservatives-idUSKCN0WD0TF>>. Acesso em: 17 set. 2016.

RADIO VATICANO, **Twitter e Instagram: papas nas redes sociais para construir pontes**. 2016. Disponível em: <[http://br.radiovaticana.va/news/2016/03/21/twitter\\_e\\_instagram\\_papas\\_nas\\_redes\\_para\\_construir\\_pontes/1217125](http://br.radiovaticana.va/news/2016/03/21/twitter_e_instagram_papas_nas_redes_para_construir_pontes/1217125)>. Acesso em: 12 nov. 2016.

RANGEL, Tauã Lima Verdán. A Santa Sé como Sujeito de Direito Internacional: Ponderações sobre o Tema. **Conteúdo Jurídico**, Brasília-DF: 2012. Disponível em: <<http://www.conteudojuridico.com.br/?artigos&ver=2.37390&seo=1>>. Acesso em: 01 nov. 2016.

ROCCA, de Francis X. **Diretor de Finanças do papa fala sobre a reforma do Vaticano**. Instituto Humanitas Unisinos. Tradução Claudia Sbardelotto, 2014. Disponível em: <<http://www.ihu.unisinos.br/noticias/534071-diretor-de-financas-do-papa-fala-sobre-a-reforma-do-vaticano%20>>. Acesso em: 14 set. 2016.

SEIDL, Ernesto. Caminhos que levam a Roma: Recursos Culturais e redefinições da excelência religiosa. Universidade Federal de Sergipe – Brasil. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, ano 15, n. 31. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ha/v15n31/a11v1531.pdf>>. Acesso em: 24 ago. 2016.

SOUZA, Salmo Caetano de. A Santa Sé e o Estado da Cidade do Vaticano: distinção e complementaridade. **Revista da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo**, V. 100, Dez 2005. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/rfdusp/article/viewFile/67675/70283>>. Acesso em: 23 ago. 2016.

SOUZA, Caetano Salmo de. **A mediação da Santa Sé na questão do Canal de Beagle**. São Paulo: Manole, 2008. Disponível em: <<http://zip.net/bjtxnz>>. Acesso em: 06 set. 2016.

VATICAN, **Constituições Apostólicas: Pastor Bonus**, 1988. Disponível em: <[http://w2.vatican.va/content/john-paul-ii/pt/apost\\_constitutions/documents/hf\\_jp-ii\\_apc\\_19880628\\_pastor-bonus-roman-curia.html](http://w2.vatican.va/content/john-paul-ii/pt/apost_constitutions/documents/hf_jp-ii_apc_19880628_pastor-bonus-roman-curia.html)>. Acesso em: 19 ago. 2016.

VATICAN, **Código de direito canônico**. 4ª edição revista conferência episcopal portuguesa – Lisboa. 1983. Disponível em: <[http://www.vatican.va/archive/cod-iuris-canonici/portuguese/codex-iuris-canonici\\_po.pdf](http://www.vatican.va/archive/cod-iuris-canonici/portuguese/codex-iuris-canonici_po.pdf)>. Acesso em: 16 nov. 2016.

VATICAN, **Constituição Pastoral – Guardium EtSpes Sobre a Igreja no mundo atual**. 1965. Disponível em: <[http://www.vatican.va/archive/hist\\_councils/ii\\_vatican\\_council/documents/vat-ii\\_const\\_19651207\\_gaudium-et-spes\\_po.html](http://www.vatican.va/archive/hist_councils/ii_vatican_council/documents/vat-ii_const_19651207_gaudium-et-spes_po.html)>. Acesso em: 12 nov. 2016.

WORLD TRADE ORGANIZATION, **Ministerial Conferences. The Sixth WTO Ministerial Conference**, 2005. Disponível em: [https://www.wto.org/english/thewto\\_e/minist\\_e/min05\\_e/min05\\_e.htm](https://www.wto.org/english/thewto_e/minist_e/min05_e/min05_e.htm). Acesso em: 23 set. 2016.